



**PARANAPANEMA**

**Demonstrações Financeiras**

**Individuais e Consolidadas**

**31 de dezembro de 2024**

## Índice

Relatório da Administração	03
Balanços patrimoniais	08
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas as demonstrações financeiras	15
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas	74
Parecer do Conselho Fiscal	79
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria não Estatutário	80
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	84
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	85

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2023 a empresa protocolou seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), onde obteve aprovação na Assembleia Geral de Credores, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05. Em seguida teve decisão homologatória pelo D. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da capital do Estado de São Paulo.

Em 2024 a Companhia buscou avançar na sua estratégia de assegurar a continuidade das operações, em meio as dificuldades de obtenção de crédito para capital de giro, e nas etapas do processo da Recuperação Judicial, através de reuniões com os credores e partes interessadas.

Seguindo o que está definido no nosso Plano de Recuperação Judicial e da mesma forma como ocorreu nos trimestres anteriores, onde tivemos as 1ª, 2ª e 3ª janelas dos Pedidos de Conversão em novas ações da Companhia emitidas para os fins do referido aumento de capital, viabilizando a diminuição do endividamento da Companhia, teve início a 4ª Janela do Pedido de Conversão, durante a qual os credores da Companhia podem manifestar eventual interesse na conversão de seus créditos em ações de emissão da Companhia, nos termos da cláusula 11 do seu Plano de Recuperação Judicial. Momentos em que o Conselho de Administração aprovou os aumentos do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações e dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º do seu Estatuto Social e do artigo 168, parágrafo 1º, alínea 'b' da Lei nº 6.404/76.

Em 21 de janeiro de 2025, foi protocolada perante o juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo - SP, nos autos do processo de nº 1001409-24.2022.8.26.0260, uma proposta de segundo aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia atualmente em vigor, que será submetido à deliberação da Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, no dia 27 de janeiro de 2025.

É importante destacar que nossa Unidade Eluma, em São Paulo, vem atuando de forma consistente e equilibrada dentro dos recursos disponíveis, onde obteve um volume de vendas acima das 2.100 t na média mensal. Na consolidação com a unidade na Bahia, que retomou parcialmente suas atividades, atingimos no ano de 2024 um total de 33.989 toneladas. Volume 1% superior quando comparado a 2023, período em que unidade Caraíba, no primeiro semestre, estava com todas as suas atividades operacionais ativas.

Em relação aos nossos custos fixos, a Companhia tem atuado em ganhos de eficiência operacional, mantido o processo de Lay-off na unidade de Dias d'Ávila e buscado constantemente renegociações de contratos com nossos fornecedores parceiros. No ano de 2024, reduzimos os custos fixos incluindo ociosidade em 22% em relação ao ano anterior, trazendo uma economia de aproximadamente R\$ 92 milhões.

Resultante do nosso crescimento do volume e do seu melhor mix de vendas e da gestão efetiva dos nossos custos, atingimos um EBITDA 47% melhor quando comparado ao ano de 2023. A Companhia obteve um EBITDA negativo de R\$ 346 milhões, fruto ainda da condição parcial de ociosidade da unidade Caraíba, das Contingências Fiscais e Trabalhista e da manutenção necessário do seu corpo Administrativo e Comercial.

Em relação à dívida do Acordo Global, a Companhia segue em negociação com os credores com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Seguimos investindo esforços para trazer um melhor equilíbrio operacional para nossas unidades, buscando manter nossos compromissos com os parceiros atuais e na procura por novas fontes de financiamento, que nos permita elevar nossos volumes de venda.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todo nosso corpo de empregados, clientes, fornecedores, acionistas e demais parceiros pela confiança e apoio.

## DESEMPENHO ECONÔMICO

### Receita Líquida

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	4T24	Δ %	2023	2024	Δ %
<b>Cobre Primário</b>	<b>(233)</b>	<b>(31)</b>	<b>87%</b>	<b>378.368</b>	<b>(204)</b>	<b>-100%</b>
% das Receitas	-0,3%	0,0%	0,3 p.p.	38,9%	0,0%	-38,9 p.p.
<b>Produtos de Cobre</b>	<b>67.848</b>	<b>129.578</b>	<b>91%</b>	<b>455.764</b>	<b>454.970</b>	<b>0%</b>
% das Receitas	92,1%	99,6%	7,5 p.p.	46,8%	98,9%	52,2 p.p.
<b>Vergalhões, Fios e outros</b>	<b>39</b>	<b>19.269</b>	<b>49308%</b>	<b>221.196</b>	<b>32.815</b>	<b>-85%</b>
<b>Barras/Perfis/Arames/Laminados/Tubos/Conexões</b>	<b>67.809</b>	<b>110.309</b>	<b>63%</b>	<b>234.568</b>	<b>422.155</b>	<b>80%</b>
<b>Coprodutos</b>	<b>6.067</b>	<b>534</b>	<b>-91%</b>	<b>138.687</b>	<b>5.160</b>	<b>-96%</b>
% das Receitas	8,2%	0,4%	-7,8 p.p.	14,3%	1,1%	-13,1 p.p.
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>73.682</b>	<b>130.081</b>	<b>77%</b>	<b>972.819</b>	<b>459.926</b>	<b>-53%</b>
Mercado Interno [%]	41,3%	58,8%	17,6 p.p.	43,4%	57,0%	13,6 p.p.
Mercado Externo [%]	12,5%	2,7%	-9,8 p.p.	43,2%	4,2%	-39,0 p.p.
Transformação [%]	46,2%	38,5%	-7,7 p.p.	13,4%	38,8%	25,5 p.p.

A Receita Líquida do 4T24 foi de R\$ 130 milhões, maior 77% em comparação ao mesmo período do ano anterior. No ano de 2024 a Receita Líquida foi de R\$ 460 milhões, menor em 53% no comparativo ao ano de 2023. Resultado impactado pela restrição de caixa e ainda pela suspensão temporária de parte das atividades na unidade da Bahia.

### Lucro Bruto

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	4T24	Δ %	2023	2024	Δ %
<b>Receita Líquida</b>	<b>73.684</b>	<b>130.080</b>	<b>77%</b>	<b>972.820</b>	<b>459.926</b>	<b>-53%</b>
<b>CPV Total</b>	<b>(229.816)</b>	<b>(201.423)</b>	<b>-12%</b>	<b>(1.330.705)</b>	<b>(623.528)</b>	<b>53%</b>
(-) Custo do Metal	(120.198)	(94.131)	-22%	(819.510)	(241.540)	71%
(-) Custo de Transformação	(109.618)	(107.292)	-2%	(511.195)	(381.988)	25%
CPV Total/tonelada vendida <sup>1</sup>	38,6	20,2	-48%	39,4	18,3	-53%
Custo do Metal/tonelada vendida <sup>1</sup>	20,2	9,5	-53%	24,3	7,1	-71%
Custo de Transformação/tonelada vendida	18,4	10,8	-41%	15,2	11,2	-26%
<b>Prejuízo Bruto</b>	<b>(156.132)</b>	<b>(71.343)</b>	<b>-54%</b>	<b>(357.885)</b>	<b>(163.602)</b>	<b>54%</b>
% das Receitas	-211,9%	-54,8%	157,0 p.p.	-36,8%	-35,6%	1,2 p.p.
<b>Lucro Bruto Ajustado (Ociosidade)</b>	<b>(82.100)</b>	<b>(17.059)</b>	<b>-79%</b>	<b>(96.491)</b>	<b>37.297</b>	<b>139%</b>
% das Receitas	-111,4%	-13,1%	98,3 p.p.	-9,9%	8,1%	18,0 p.p.
Prêmio	(46.514)	35.949	177%	153.310	218.386	42%
Prêmio/Receita Líquida [%]	-63,1%	27,6%	90,8 p.p.	15,8%	47,5%	31,7 p.p.
Prêmio/tonelada vendida	(7,8)	3,6	146%	4,5	6,4	41%

O Lucro Bruto Ajustado no 4T24 de R\$ 17 milhões foi melhor aos R\$ 82 milhões negativos atingidos no mesmo período do ano anterior. No comparativo anual, temos 2024 com R\$ 37 milhões contra os R\$ 96 milhões negativos realizados em 2023, resultado de um melhor mix de vendas na unidade Eluma e da retomada parcial da unidade Caraíba. Além da eficiência operacional nos gastos industriais.

O Lucro Bruto Ajustado elimina os efeitos da ociosidade e efeitos da contabilidade de hedge utilizada para atualizar o valor dos estoques ao valor presente de LME e Dólar e que por consequência da não absorção pelo estoque, impactam o resultado.

### Custos Fixos (incluindo Ociosidade)

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	4T24	Δ %	2023	2024	Δ %
Custos Fixos incluindo ociosidade	(104.385)	(93.517)	-10%	(427.441)	(335.522)	-22%

A Companhia realizou R\$ 94 milhões de custos fixos incluindo ociosidade no 4T24, obtendo uma redução de aproximadamente R\$ 10 milhões em relação ao 4T23. No 2024 o total realizado foi de R\$ 336 milhões, contra R\$ 427 milhões de 2023, gerando uma economia de R\$ 92 milhões. Resultado fruto de renegociações de

contratos, redução da estrutura fixa de pessoal e ao consumo mais equilibrado de materiais para manutenção. Além dos impactos do processo de Lay-off na planta de Dias d'Ávila na Bahia.

## Despesas Operacionais

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	4T24	Δ %	2023	2024	Δ %
<b>Total de Despesas</b>	<b>33.377</b>	<b>(44.070)</b>	<b>-232%</b>	<b>(399.397)</b>	<b>(275.757)</b>	<b>-31%</b>
Despesas com Vendas	(2.709)	(2.639)	-3%	(10.263)	(9.693)	-6%
Despesas Gerais e Administrativas	(22.542)	(18.365)	-19%	(82.190)	(72.509)	-12%
Outras Operacionais, Líquidas	58.628	(23.066)	-139%	(306.944)	(193.555)	-37%

No 4T24 as Despesas Operacionais foram de R\$ 23 milhões, principalmente pelas Provisões para Contingências Trabalhistas e Fiscais no valor de R\$ 8 milhões e Honorários de Êxito no valor de R\$ 2 milhões. Em 2024 temos um total de R\$ 194 milhões, principalmente pelas provisões de Contingências Trabalhistas e Fiscais em R\$ 99 milhões. Já as Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas foram menores em 6% e 12% respectivamente.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	4T24	Δ %	2023	2024	Δ %
<b>Principais itens-Outras Operacionais Líquidas:</b>						
Provisões contingências trabalhistas e fiscais	(22.041)	(8.335)	62%	(39.481)	(99.030)	-151%
Provisões diversas	(724)	(2.002)	-177%	(2.294)	(7.162)	-212%
Exclusão ICMS na base calculo do PIS/COFINS	19.663	0	n.a	(1.048)	(3.773)	-260%
<b>Total de Itens Não Recorrentes</b>	<b>(3.102)</b>	<b>(10.337)</b>	<b>-233%</b>	<b>(42.823)</b>	<b>(109.965)</b>	<b>-157%</b>
<b>Total de itens Recorrentes</b>	<b>61.730</b>	<b>(12.729)</b>	<b>42%</b>	<b>(264.121)</b>	<b>(83.590)</b>	<b>68%</b>

## EBITDA

	4T23	4T24	Δ %	2023	2024	Δ %
<b>Lucro (prejuízo) Líquido</b>	<b>(215.528)</b>	<b>(809.511)</b>	<b>-276%</b>	<b>(1.389.934)</b>	<b>(2.138.610)</b>	<b>-54%</b>
( + ) Impostos	(506)	(645)	-27%	12.618	(14.614)	-216%
( + ) Resultado Financeiro Líquido	93.279	694.743	645%	620.034	1.713.865	176%
<b>EBIT</b>	<b>(122.755)</b>	<b>(115.413)</b>	<b>6%</b>	<b>(757.282)</b>	<b>(439.359)</b>	<b>42%</b>
( + ) Depreciações e Amortizações	26.063	22.469	-14%	110.407	93.731	-15%
<b>EBITDA</b>	<b>(96.692)</b>	<b>(92.944)</b>	<b>4%</b>	<b>(646.875)</b>	<b>(345.628)</b>	<b>47%</b>
% das Receitas	-131,2%	-71,5%	59,8 p.p.	-66,5%	-75,1%	-8,7 p.p.
<b>EBITDA AJUSTADO</b>	<b>(170.538)</b>	<b>(82.607)</b>	<b>52%</b>	<b>(416.381)</b>	<b>(235.663)</b>	<b>43%</b>
% das Receitas	-231,5%	-63,5%	167,9 p.p.	-42,8%	-51,2%	-8,4 p.p.

O EBITDA Ajustado, que exclui os efeitos de LME e Dólar no estoque, contingências e demais efeitos não recorrentes, fechou o 4T24 negativo em R\$ 83 milhões, sendo 52% melhor que o mesmo período do ano anterior. Em 2024 fechou em R\$ 236 milhões negativos. Resultado 43% melhor aos R\$ 416 milhões negativos de 2023. Impactados da restrição de caixa e da suspensão temporária de parte das atividades na unidade da Bahia, mas refletindo os avanços positivos na Unidade Eluma.

## Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado

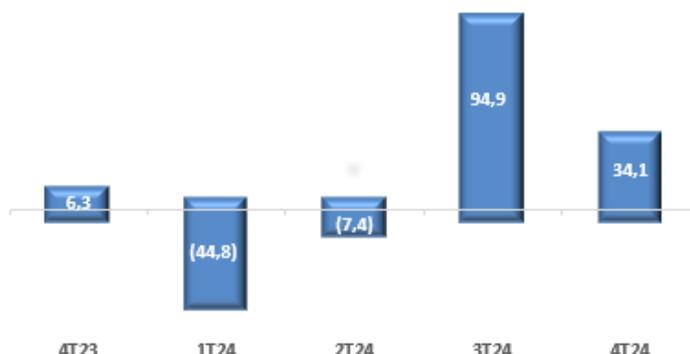
O Prejuízo Líquido em 4T24 foi de R\$ 810 milhões, impactado principalmente pelos encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos de R\$ 679 milhões, pelos valores de Ociosidade em R\$ 54 milhões, além de Provisões de Contingências e Multas por Auto de Infração de R\$ 21 milhões. Quando excluídos os efeitos dos encargos financeiros e outros efeitos não recorrentes, tem-se um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 541 milhões.

Através do seu Plano de Recuperação Judicial (PRJ), a empresa espera obter maior acesso às linhas de financiamento para capital de giro e aumentar o seu volume de produção e vendas trazendo equilíbrio para seus resultados.

## Geração de Caixa Operacional

A Companhia obteve um Fluxo de Caixa Operacional positivo em 2024 de R\$ 77 milhões, impacto do crescimento das nossas receitas como também das recuperações de créditos de impostos acumulados.

Caixa Operacional (R\$ milhões)



## Endividamento

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
<i>Empréstimos e Financiamentos Curto Prazo</i>	3.275.304	3.480.933	4.031.995	4.251.434	4.884.263
<i>Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo</i>	466.305	442.268	417.192	386.831	354.311
<b>Empréstimos Bancários Totais</b>	<b>3.741.609</b>	<b>3.923.201</b>	<b>4.449.187</b>	<b>4.638.265</b>	<b>5.238.574</b>
<i>Custos de Transação - reperfilamento</i>	(30.145)	(27.710)	(25.275)	(22.840)	(21.496)
<b>Empréstimos Totais</b>	<b>3.711.464</b>	<b>3.895.491</b>	<b>4.423.912</b>	<b>4.615.425</b>	<b>5.217.078</b>
<i>Operações com forfaiting e cartas de crédito</i>	10.535	10.517	10.626	10.366	21.165
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos Passivo</i>	0	0	0	0	0
<i>Instrumentos Financeiros Derivativos Ativo</i>	(1.340)	(158)	(176)	(172)	(196)
<b>Dívida bruta</b>	<b>3.720.659</b>	<b>3.905.850</b>	<b>4.434.362</b>	<b>4.625.619</b>	<b>5.238.047</b>
<i>Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	85	1.251	3.109	3.693	8.524
<i>Aplicações Financeiras</i>	24.367	23.609	25.917	33.077	33.920
<i>Banco conta vinculada</i>	11	1	2	0	0
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.696.196</b>	<b>3.880.989</b>	<b>4.405.334</b>	<b>4.588.849</b>	<b>5.195.603</b>
<i>Dívida Curto Prazo(%)</i>	<b>87%</b>	<b>89%</b>	<b>91%</b>	<b>92%</b>	<b>93%</b>
<i>Dívida Longo Prazo (%)</i>	<b>13%</b>	<b>11%</b>	<b>9%</b>	<b>8%</b>	<b>7%</b>

Em função do não pagamento da parcela da dívida do Acordo Global, no 4T22 houve a reclassificação das dívidas em renegociação para o passivo de curto prazo em conformidade com o CPC 26. Na posição de balanço de 4T24 o montante reclassificado é de R\$ 1.966,6 milhão, o que mantém o perfil da dívida com 93% para vencimento no curto prazo.

A Companhia segue em negociação com os Credores com o intuito de obter novas condições para o equacionamento de seu passivo.

em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
<b>Em Moeda Estrangeira</b>	<b>62%</b>	<b>60%</b>	<b>57%</b>	<b>53%</b>	<b>56%</b>
<b>Em Moeda Local</b>	<b>38%</b>	<b>40%</b>	<b>43%</b>	<b>47%</b>	<b>44%</b>

O endividamento em moeda local representou 44% das dívidas no 4T24, em função do aumento dos aportes com parceiros financeiros locais para viabilizar as operações.

### Recuperação Judicial

Medidas Gerais de Recuperação constantes no Plano:

- Retomada das Operações
- Concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos Créditos
- Venda parcial dos ativos do Grupo Paranapanema
- Obtenção de Novos Financiamentos

Resumo do quadro de Credores conforme posição contábil de 31.12.2024 e relatório do AJ (Administrador Judicial):

Classe de credores	Valor	Qtde
Classe I - Créditos Trabalhista	<b>117.810</b>	<b>703</b>
Classe II - Créditos com garantia real	<b>10.235</b>	<b>1</b>
Classe III - Créditos Quirografário	<b>237.987</b>	<b>977</b>
Classe IV - ME e EPP	<b>4.818</b>	<b>121</b>
<b>Total</b>	<b>370.850</b>	

O plano detalhado encontra-se no site de Relações com Investidores da Paranapanema.

**Balancos patrimoniais**  
**31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	05	6.384	80	8.524	85
Aplicações financeiras	05	33.920	24.367	33.920	24.367
Banco conta vinculada	05	-	11	-	11
Contas a receber de clientes	06	2.023	1.746	1.736	1.746
Estoques	07	271.750	298.085	271.750	298.085
Impostos e contribuições a recuperar	08	58.362	40.186	59.264	41.399
Outros ativos circulantes	09.1	12.229	7.777	12.229	7.814
Instrumentos financeiros derivativos	28	196	1.340	196	1.340
Despesas antecipadas		10.308	13.451	10.308	13.451
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>395.172</b>	<b>387.043</b>	<b>397.927</b>	<b>388.298</b>
Ativos mantidos para venda	10	-	22.636	-	22.636
		-	22.636	-	22.636
Contas a receber de clientes	06	393	-	393	-
Impostos e contribuições a recuperar	08	7.604	243.221	20.196	255.813
Depósitos de demandas judiciais	09.2	190.762	34.521	190.762	34.521
Outros ativos não circulantes	09.1	52.775	52.087	51.604	52.533
Despesas antecipadas		5.454	7.559	5.454	7.559
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>256.988</b>	<b>337.388</b>	<b>268.409</b>	<b>350.426</b>
Direito de uso de Ativo	15	6.656	12.577	6.656	12.577
Investimentos	11	24.654	27.887	-	-
Outros investimentos		25.701	2.815	25.701	2.815
Ativo imobilizado	12	925.018	1.002.940	925.018	1.002.940
Ativo intangível	12	3.391	4.565	3.391	4.565
		985.420	1.050.784	960.766	1.022.897
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.242.408</b>	<b>1.410.808</b>	<b>1.229.175</b>	<b>1.395.959</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.637.580</b>	<b>1.797.851</b>	<b>1.627.102</b>	<b>1.784.257</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Balancos patrimoniais**  
**31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fornecedores	13	639.105	407.763	639.112	407.770
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	15.777	229	15.777	229
Passivo de Arrendamento	15	3.770	8.816	3.770	8.816
Empréstimos e financiamentos	16	4.862.767	3.245.158	4.862.767	3.245.159
Salários e encargos sociais	17	77.132	63.510	77.132	63.510
Impostos e contribuições a recolher	18	537.797	47.366	537.798	47.613
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	72.724	64.226	72.840	64.341
Outros passivos circulantes	20	51.817	29.925	52.007	30.107
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>6.260.889</b>	<b>3.866.993</b>	<b>6.261.203</b>	<b>3.867.545</b>
Fornecedores	13	156.327	291.399	156.327	291.399
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	5.388	10.306	5.388	10.306
Passivo de Arrendamento	15	2.886	3.761	2.886	3.761
Empréstimos e financiamentos	16	354.311	466.305	354.311	466.305
Salários e encargos sociais	17	12.014	8.031	12.014	8.031
Impostos e contribuições a recolher	18	103.749	443.187	103.749	443.187
Provisão para demandas judiciais	19	945.654	857.677	945.654	857.677
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	55.991	58.265	57.305	59.556
Outros passivos não circulantes	20	26.217	15.437	14.111	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.662.537</b>	<b>2.154.368</b>	<b>1.651.745</b>	<b>2.140.222</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>7.923.426</b>	<b>6.021.361</b>	<b>7.912.948</b>	<b>6.007.767</b>
Capital social	21.a	2.172.388	2.069.566	2.172.388	2.069.566
Debêntures conversíveis em ação	21.b	-	25.787	-	25.787
Custo de Capitalização		(5.375)	(5.375)	(5.375)	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	108.689	113.864	108.689	113.864
Ações em tesouraria		(741)	(741)	(741)	(741)
Prejuízos acumulados		(8.560.807)	(6.426.611)	(8.560.807)	(6.426.611)
<b>Patrimônio líquido</b>	21	<b>(6.285.846)</b>	<b>(4.223.510)</b>	<b>(6.285.846)</b>	<b>(4.223.510)</b>
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>(6.285.846)</b>	<b>(4.223.510)</b>	<b>(6.285.846)</b>	<b>(4.223.510)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<b>1.637.580</b>	<b>1.797.851</b>	<b>1.627.102</b>	<b>1.784.257</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Receita líquida de vendas</b>	22	<b>459.926</b>	972.820	<b>459.926</b>	972.820
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	23	<b>(623.528)</b>	(1.330.705)	<b>(623.528)</b>	(1.330.705)
<b>(Prejuízo) bruto</b>		<b>(163.602)</b>	(357.885)	<b>(163.602)</b>	(357.885)
Despesas comerciais	23	<b>(9.683)</b>	(10.259)	<b>(9.693)</b>	(10.263)
Gerais e administrativas	23	<b>(72.194)</b>	(81.771)	<b>(72.509)</b>	(82.190)
Equivalência patrimonial	11	<b>(1.778)</b>	922	-	-
Outras despesas	24	<b>(203.636)</b>	(314.035)	<b>(203.706)</b>	(314.164)
Outras receitas	24	<b>10.150</b>	7.217	<b>10.151</b>	7.220
<b>(Despesas) operacionais</b>		<b>(277.141)</b>	(397.926)	<b>(275.757)</b>	(399.397)
<b>(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(440.743)</b>	(755.811)	<b>(439.359)</b>	(757.282)
Despesas financeiras	25	<b>(1.769.970)</b>	(935.077)	<b>(1.772.813)</b>	(935.202)
Receitas financeiras	25	<b>57.468</b>	313.351	<b>58.948</b>	315.168
<b>(Prejuízo) antes do Imp. de Renda e Contrib.Social</b>		<b>(2.153.245)</b>	(1.377.537)	<b>(2.153.224)</b>	(1.377.316)
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	-	-	(222)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	<b>14.635</b>	(12.397)	<b>14.614</b>	(12.396)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>14.635</b>	(12.397)	<b>14.614</b>	(12.618)
<b>(Prejuízo) do período</b>		<b>(2.138.610)</b>	(1.389.934)	<b>(2.138.610)</b>	(1.389.934)
<b>(Prejuízo) básico por ação ordinária em reais</b>				<b>(40,42195)</b>	(32,02435)
<b>(Prejuízo) diluído por ação ordinária em reais</b>				<b>(40,42195)</b>	(32,02435)

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**(Em milhares de reais)**

	<b>Controladora/Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>(Prejuízo) do período</b>	<b><u>(2.138.610)</u></b>	<b><u>(1.389.934)</u></b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente, líquidos dos efeitos tributários</b>		
<b>Itens que podem ser reclassificados para o resultado</b>	<b><u>(761)</u></b>	<b><u>(116)</u></b>
Var. camb. investimentos exterior	<b><u>(761)</u></b>	<b><u>(116)</u></b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u><u>(2.139.371)</u></u></b>	<b><u><u>(1.390.050)</u></u></b>
<b>Atribuível a</b>		
Acionistas da Companhia	<b><u>(2.139.371)</u></b>	<b><u>(1.390.050)</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Debêntures conversíveis em ações	Custo de Capitalização	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>2.069.566</b>	<b>25.787</b>	<b>(5.375)</b>	<b>(741)</b>	<b>(5.042.338)</b>	<b>135.535</b>	<b>(2.817.566)</b>
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	(116)	(116)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	8.176	(8.176)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.515)	(13.379)	(15.894)
<b>Outros resultados abrangentes</b>		-	-	-	-	5.661	(21.671)	(16.010)
<b>(Prejuízo) do período</b>		-	-	-	-	(1.389.934)	-	(1.389.934)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>2.069.566</b>	<b>25.787</b>	<b>(5.375)</b>	<b>(741)</b>	<b>(6.426.611)</b>	<b>113.864</b>	<b>(4.223.510)</b>
Aumento de capital	01	102.822	-	-	-	-	-	102.822
Baixa debêntures conversíveis não exercida	21.b	-	(25.787)	-	-	-	-	(25.787)
<b>Transações de capital com os sócios</b>		<b>102.822</b>	<b>(25.787)</b>	-	-	-	-	<b>77.035</b>
Ganhos e perdas var camb. investimento exterior	21.h	-	-	-	-	-	(761)	(761)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	6.687	(6.687)	-
Imposto s/ realiz. do ajuste de avaliação patrimonial	21.h	-	-	-	-	(2.273)	2.273	-
<b>Outros resultados abrangentes</b>		-	-	-	-	4.414	(5.175)	(761)
<b>(Prejuízo) do período</b>		-	-	-	-	(2.138.610)	-	(2.138.610)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>2.172.388</b>	-	<b>(5.375)</b>	<b>(741)</b>	<b>(8.560.807)</b>	<b>108.689</b>	<b>(6.285.846)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>(Prejuízo) antes do IR e da CS</b>	<b>(2.153.245)</b>	<b>(1.377.537)</b>	<b>(2.153.224)</b>	<b>(1.377.316)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo com recursos gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>				
Valor residual de ativo permanente baixado	12	2.062	4	2.062
Depreciação e amortização	12	86.628	98.191	86.628
Amortização direito de uso do ativo	15	7.103	12.216	7.103
Equivalência patrimonial	11	1.778	(922)	-
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável		(3.257)	2.763	(3.361)
Provisão de outras perdas estimadas		33.801	6.206	33.801
Provisão para perdas demandas judiciais	19	99.030	39.481	99.030
Ajuste a valor presente		641	(879)	641
Provisão de Impostos Drawback suspensão	18	-	396.508	-
Encargos financeiros	32	1.729.689	392.191	1.729.872
<b>(Prejuízo) antes do IR e da CS - ajustado</b>	<b>(195.770)</b>	<b>(431.778)</b>	<b>(197.448)</b>	<b>(430.750)</b>
<b>(Aumento) redução de ativos</b>				
Contas a receber de clientes	06	4.908	37.578	5.299
Estoques	07	3.594	5.370	3.594
Impostos e contribuições a recuperar	08	213.668	(7.420)	213.757
Despesas antecipadas		5.248	(5.289)	5.248
Depósitos de demandas judiciais	09.2	(156.241)	2.679	(156.241)
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.212	85.517	1.212
Outros ativos circulantes e não circulantes	09.1	(4.674)	(1.710)	(3.021)
<b>Aumento (redução) de passivos</b>				
Fornecedores	13	83.353	122.505	83.353
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	10.630	(617)	10.630
Impostos e contribuições a recolher	18	78.066	89.392	78.042
Provisão para demandas judiciais	19	1.163	995	1.163
Salários e encargos sociais	17	19.053	28.991	19.053
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	(1.054)	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	3.181	(21.309)	3.182
Outros passivos circulantes e não circulantes	20	5.555	(28.218)	8.893
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	<b>72.946</b>	<b>(124.368)</b>	<b>76.716</b>	<b>(124.416)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	1	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>72.946</b>	<b>(124.368)</b>	<b>76.717</b>	<b>(124.416)</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aplicações financeiras	05	(1.009)	(5.829)	(1.009)
Aplicações financeiras resgatadas	05	1.009	10.740	1.009
Outros investimentos		(250)	(207)	(250)
Liquidação de sociedade controlada		1.636	-	-
Adições em imobilizado e intangível	12	(16.690)	(19.332)	(16.690)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(15.304)</b>	<b>(14.628)</b>	<b>(16.940)</b>	<b>(14.628)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Aumento de capital		1.320	-	1.320
Ingressos de empréstimos e financiamentos	16	459.092	865.289	459.092
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(437.122)	(631.955)	(437.122)
Pagamento de Juros s/ empréstimos	16	(57.342)	(77.228)	(57.342)
Pagamentos de passivos de arrendamento	15	(7.744)	(11.635)	(7.744)
Aplicações Conta Escrow	05	(9.542)	(7.842)	(9.542)
<b>Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de financiamento</b>	<b>(51.338)</b>	<b>136.629</b>	<b>(51.338)</b>	<b>136.629</b>
<b>Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.304</b>	<b>(2.367)</b>	<b>8.439</b>	<b>(2.415)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	05	80	2.447	85
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	05	6.384	80	8.524
<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.304</b>	<b>(2.367)</b>	<b>8.439</b>	<b>(2.415)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias e serviços	571.588	1.093.896	571.588	1.093.896
Provisão de perda estimada de credito liquidação duvidosa	1.569	(2.763)	1.569	(2.763)
Outras receitas	8.080	7.061	8.081	7.065
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
<b>(Inclui o valor dos impostos - ICMS e IPI)</b>				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(303.483)	(1.191.932)	(303.483)	(1.191.932)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(462.071)	(340.981)	(462.233)	(341.327)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(184.317)</b>	<b>(434.719)</b>	<b>(184.478)</b>	<b>(435.061)</b>
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	(86.628)	(98.191)	(86.628)	(98.191)
Amortização direito de uso do ativo	(7.103)	(12.216)	(7.103)	(12.216)
<b>Valor adicionado líquido</b>	<b>(278.048)</b>	<b>(545.126)</b>	<b>(278.209)</b>	<b>(545.468)</b>
<b>Recebido de terceiros</b>				
Resultado de equivalência	(1.778)	922	-	-
Receitas financeiras	57.468	313.351	58.948	315.168
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(222.358)</b>	<b>(230.853)</b>	<b>(219.261)</b>	<b>(230.300)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(222.358)</b>	<b>(230.853)</b>	<b>(219.261)</b>	<b>(230.300)</b>
Pessoal e encargos	156.734	192.202	156.959	192.406
Impostos, taxas e contribuições	(15.154)	26.076	(15.125)	26.300
Juros e aluguéis	1.774.672	940.803	1.777.515	940.928
<b>(Prejuízo) do período</b>	<b>(2.138.610)</b>	<b>(1.389.934)</b>	<b>(2.138.610)</b>	<b>(1.389.934)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## 01. Contexto operacional

Paranapanema S.A. - Em Recuperação Judicial (“Paranapanema”, “Controladora” ou “Companhia”), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social em Dias d’Ávila, no Estado da Bahia, na Via do Cobre, nº 3.700, área industrial Oeste, Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC.

As ações da Paranapanema são listadas e negociadas no mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão desde 1971, e dentro do segmento “Novo Mercado” desde 2012, sob o código PMAM3.

A Companhia desenvolve atividades industriais nas áreas de transformação e beneficiamento de minérios, subprodutos e derivados deles resultantes, e na área da metalurgia, abrangendo produtos ferrosos e não ferrosos consistentes em laminados, extrudados, fundidos, manufaturados e semimanufaturados, peças e componentes industriais destinados ao mercado interno e à exportação.

O modelo de negócios da Paranapanema depende substancialmente de investimentos e financiamentos, obtidos por meio de captações de linhas de créditos bancários, antecipação de recebíveis, prazo de pagamento junto a seus fornecedores de matéria-prima e financiamentos em geral.

Em 2021 a Companhia concluiu as negociações, que estavam sendo tratadas desde o primeiro trimestre de 2020 com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do processo de renegociação em 2017), e celebrou o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças (“Acordo Global”), repactuando o cronograma de pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028, conforme cronograma de pagamento divulgado na nota 16.

Além das garantias outorgadas pela Companhia na reestruturação de dívidas realizada em 2017, já previstas no Acordo Global, a Companhia prestou outras garantias envolvendo ativos operacionais e não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores.

Se, por um lado, a negociação gerou a potencial e desejada readequação do caixa da Companhia, para se manter saudável, ela dependia da manutenção do crédito frente a fornecedores tradings, e da venda de ativos não operacionais e direitos creditórios em determinado espaço de tempo. No entanto, essas premissas não se concretizaram. Os fornecedores reduziram o volume de operações com a Companhia e a venda de ativos não ocorreu no cronograma esperado.

Com o cenário de instabilidade política e econômica recente, a Companhia ainda não conseguiu acesso a linhas de crédito satisfatórias que vinham sendo negociadas. Essa situação pode indicar a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e que faz a administração manifestar sua preocupação diante dos fatos apresentados.

Diante das dificuldades para financiar seu capital de giro, a Companhia não realizou o pagamento das parcelas semestrais do Acordo Global desde dezembro de 2022, e não atingiu o cumprimento dos indicadores de *covenants* descritos na nota 16. A Companhia está em negociações com os credores do acordo global com o intuito de obter novas condições, mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

Conseqüentemente, em cumprimento ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia classificou as dívidas em renegociação do passivo não circulante para o passivo

circulante no montante atualizado de R\$1.966.619, devido ao não cumprimento das cláusulas de *covenants*. Com essa reclassificação, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta no consolidado um capital circulante líquido negativo de R\$5.863.276.

A Companhia incorreu em prejuízos no período no montante de R\$2.138.610, impactado principalmente pela variação cambial e encargos sobre a dívida conforme nota explicativa 16, pela ociosidade e redução relevante de volume de vendas, acumulando prejuízos de R\$8.560.807, deixando o patrimônio líquido da Companhia negativo no total de R\$6.285.846.

Esses eventos e condições indicam a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto a continuidade operacional da Companhia. Se o Companhia não tiver condição de continuar operando no curso normal de seus negócios, então, podem existir impactos i) na realização de seus ativos, e ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras Individuais e Consolidada foram preparadas com base na continuidade operacional que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações mediante a recuperação da saúde financeira de acordo com o plano de recuperação judicial.

### **Recuperação judicial**

A Paranapanema S.A.- Em Recuperação Judicial divulgou fato relevante em 30 de novembro de 2022, informando que protocolou, em conjunto com o CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. Em Recuperação Judicial e Paraibuna Agropecuária Ltda.- Em Recuperação Judicial, sociedades controladas pela Companhia (“Recuperandas” ou “Grupo Paranapanema”), pedido de recuperação judicial perante a 1ª RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, conforme aprovado por seu Conselho de Administração na presente data e encaminhado para referendo em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas.

Em 13 de dezembro de 2022 o Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do processo nº. 1001409- 24.2022.8.26.0260 (“Processo”), deferiu o processamento da Recuperação Judicial.

Em 16 de fevereiro de 2023 a Companhia protocolou o seu Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) para discussão com os credores, no qual foram estabelecidos os termos e condições para a reestruturação do endividamento da Companhia, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas, sendo que a assembleia geral de credores foi designada para ocorrer em 19 de maio de 2023, em 1ª Convocação, e 26 de maio de 2023, em 2ª Convocação, nos termos do art. 56 da Lei nº. 11.101/05.

Na data de 26 de maio de 2023 foi aprovada a constituição do Comitê de Credores e a suspensão da deliberação da “aprovação, rejeição ou modificação do Plano de Recuperação Judicial apresentado pelo Grupo Paranapanema”, para a continuidade no dia 10 de julho de 2023.

Em 10 de julho de 2023, na retomada da Assembleia Geral de Credores, e por deliberação dos credores presentes decidiu-se pela suspensão da assembleia até o dia 24 de agosto de 2023.

No dia 24 de agosto de 2023 foi retomada a Assembleia Geral dos Credores onde aprovaram o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas controladas (i) CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. – em Recuperação Judicial, e (ii) Paraibuna Agropecuária Ltda. – em Recuperação Judicial, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05.

Com isso, o Plano de Recuperação Judicial seguiu para a homologação do Juízo da Recuperação Judicial, na forma da lei, sendo proferida a decisão homologatória em 16 de novembro de 2023

pelo D. Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª RAJ da capital do Estado de São Paulo e publicada em 22 de novembro de 2023.

A Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial na data em que foi publicada a decisão homologatória do referido Plano.

Para a recuperação da saúde financeira da Companhia o plano prevê:

- a) Reestruturação do seu passivo, desalavancar o seu endividamento, retomar seu crescimento de forma sustentada, preservar a manutenção de empregos diretos e indiretos, e atender aos interesses dos Credores, retomando as operações e as fontes de recursos das Recuperandas e estabelecendo formas viáveis para o pagamento dos seus credores.
- b) Retomada das Operações mediante a celebração de novos contratos com seus fornecedores para o desenvolvimento das suas principais atividades. Por essa razão é necessária a concessão de tratamento benéfico a fornecedores que, em contrapartida, forneçam e mantenham as bases negociais anteriormente existentes com o Grupo Paranapanema, nos termos deste Plano, além de eventuais outras medidas previstas no art. 50 da Lei de Recuperação de Empresas que venham a ser aprovadas pela Assembleia de Credores.
- c) Concessão de prazos e condições especiais para o pagamento dos Créditos Sujeitos ao Plano.
- d) Venda Parcial dos ativos da Companhia nos termos do Plano.
- e) Captar recursos com terceiros mediante obtenção de Novos Financiamentos, sendo certo que a Companhia envidará seus melhores esforços para obter condições negociais mais favoráveis ao incremento de seu patrimônio em relação a taxas, prazos e demais obrigações contratuais, observadas as restrições previstas no Plano para a concessão de garantias para tais Novos Financiamentos.
- f) Tomar medidas de reorganização da estrutura societária para viabilizar a adequada implementação de dispositivos operacionais e financeiros previstos no Plano, dentre os quais autorizadas desde já a:
  - (i) capitalização de mútuos realizados entre as Recuperandas (*intercompany*);
  - (ii) realização de operações de reorganização societária, dentre elas, cisão, aquisição, incorporação, constituição de subsidiárias integrais das Recuperandas e, posterior, *drop down* de ativos ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo as Recuperandas, desde que
    - (a) observadas todas as disposições legais aplicáveis;
    - (b) tais operações não impliquem quaisquer violações de direitos e prerrogativas, contratuais ou legais, para os Credores incluindo as garantias constituídas em favor dos Credores; e
  - (iii) aumentar o capital social das Recuperandas, inclusive mediante conversão de créditos em capital.

Em 30 de setembro de 2024, os credores da Companhia, reunidos em Assembleia Geral de Credores regularmente instalada em segunda convocação, na forma do artigo 45 da Lei nº 11.101/05, aprovaram o 1º aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, protocolado no dia 26 de setembro de 2024, (“Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial”), da Companhia e de suas controladas, onde o item 6.1.(A) do Plano passa a valer com a seguinte redação:

“(A) Pagamento Inicial. Pagamento de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) integralmente a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito Quirografário, em 1 (uma) única parcela, realizado em até 21 (vinte e um) meses a contar da Homologação Judicial do Plano.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Em 10 de dezembro de 2024, foi protocolada perante o juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do processo de nº 1001409-24.2022.8.26.0260, uma nova versão (versão inicial protocolada em 18 de outubro de 2024) da proposta de segundo aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia atualmente em vigor. A Companhia consigna que a proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial será sujeita à posterior deliberação da Assembleia Geral de Credores, nos termos da legislação aplicável.

No quadro abaixo seguem as posições de balanço que foram afetadas pela recuperação judicial.

<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/24</b>	<b>Concursal</b>	<b>Não Concursal</b>
Fornecedores	639.112	109.871	529.241
Operações com forfaiting e cartas de crédito	15.777	5.334	10.443
Passivo de Arrendamento	3.770	-	3.770
Empréstimos e financiamentos	4.862.767	658	4.862.109
Salários e encargos sociais	77.132	8.858	68.274
Impostos e contribuições a recolher	537.798	-	537.798
Passivos relacionados a contratos de clientes	72.840	-	72.840
Outros passivos circulantes	52.007	13.008	38.999
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>6.261.203</b>	<b>137.729</b>	<b>6.123.474</b>
Fornecedores	156.327	98.577	57.750
Operações com forfaiting e cartas de crédito	5.388	5.049	339
Passivo de Arrendamento	2.886	-	2.886
Empréstimos e financiamentos	354.311	573	353.738
Salários e encargos sociais	12.014	120	11.894
Impostos e contribuições a recolher	103.749	-	103.749
Provisão para demandas judiciais	945.654	114.691	830.963
Imposto de renda e contribuição social diferidos	57.305	-	57.305
Outros passivos não circulantes	14.111	14.111	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.651.745</b>	<b>233.121</b>	<b>1.418.624</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7.912.948</b>	<b>370.850</b>	<b>7.542.098</b>
Capital social	2.172.388	-	2.172.388
Custo de Capitalização	(5.375)	-	(5.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	108.689	-	108.689
Ações em tesouraria	(741)	-	(741)
Prejuízos acumulados	(8.560.807)	-	(8.560.807)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(6.285.846)</b>	<b>-</b>	<b>(6.285.846)</b>
<b>Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>(6.285.846)</b>	<b>-</b>	<b>(6.285.846)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>	<b>1.627.102</b>	<b>370.850</b>	<b>1.256.252</b>

Os passivos da Companhia negociados no âmbito da recuperação judicial estão segregados em quatro classes.

<b>Classe de credores</b>	<b>Saldo aprovado no plano de recuperação judicial</b>
Classe I - Créditos Trabalhista	117.810
Classe II - Créditos com garantia real	10.235
Classe III - Créditos Quirografário	237.987
Classe IV - ME e EPP	4.818
<b>Total</b>	<b>370.850</b>

### Classe I - Créditos Trabalhista

Contempla os credores trabalhistas cujo valor de cada crédito será corrigido monetariamente pelo IPCA e passará a sofrer a incidência de juros à taxa total de 0,5%a.a. Os pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

- Créditos trabalhistas incontroversos de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano.
- Créditos Trabalhistas incontroversos até 150 Salários-Mínimos serão pagos no prazo de até um ano a contar da homologação judicial do Plano ou à data em que se tornarem Créditos Trabalhistas Incontroversos.
- A diferença entre o valor total do crédito trabalhista incontroverso e o limite de 150 Salários-Mínimos sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 4	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 5	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%
Ano 6	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%

### Classe II - Créditos com garantia real

Esta classe contempla o credor com garantia real. Nessa classe os credores serão remunerados pelo equivalente a 100% do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), para os créditos com garantia real em reais e 100% da taxa equivalente ao CPI (*Consumer Price Index* - Índice de preços ao consumidor norte americano), para os créditos com garantia real em moeda estrangeira.

Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente a partir da homologação judicial do Plano e serão pagos mensalmente a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
Ano 4	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%	0,42%
Ano 5	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%
Ano 6	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	1,67%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%
Ano 7	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%
Ano 8	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%	2,08%

### Classe III - Créditos Quirografário

Esta Classe é composta pelos credores quirografários que serão pagos da seguinte forma:

Pagamento de até R\$15 integralmente a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito quirografário, em até 21 meses a contar da homologação judicial do Plano.

O saldo remanescente sofrerá um deságio de 50% e será pago em 48 parcelas mensais a partir do 25º (vigésimo quinto) mês a contar da homologação judicial do Plano, conforme as porcentagens de amortização abaixo:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
Ano 3	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 4	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%	0,83%
Ano 5	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%
Ano 6	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	3,33%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%	4,17%

#### Classe IV - ME e EPP

A Classe IV é composta por credores de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que serão pagos da seguinte forma:

Pagamento de até R\$11 integralmente a cada Credor de ME e EPP, limitado ao valor do respectivo Crédito de ME e EPP, em até 12 meses a contar da Data de Homologação. O saldo remanescente será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a contar da homologação judicial do Plano.

Após a homologação judicial do Plano, o valor dos créditos passará a sofrer a incidência de juros e correção monetária à taxa total de 100% do IPCA, com pagamentos mensais a partir do 13º (décimo terceiro) mês. Os juros e correção monetária serão capitalizados anualmente será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas a partir do 25º (vigésimo quinto) mês, a contar da homologação judicial do Plano.

#### Conversão de Crédito em Capital

Quaisquer credores que possuírem créditos sujeitos ao plano poderão optar pela conversão de seu crédito em capital. o Credor que optar pela conversão de seus respectivos créditos não sofrerá deságio. As conversões de crédito em capital ocorrerão em 6 (seis) oportunidades, observada cada uma das janelas de opção descritas no plano.

O preço de referência para conversão do crédito em capital para cada um dos eventos de conversão equivalerá à média ponderada do valor médio da ação pelo volume de ações negociado no respectivo pregão, considerando todos os pregões realizados na B3 em que houver negociação de ações PMAM3 (VWAP) verificados nos 30 dias anteriores à data de definição do preço de conversão do respectivo evento de conversão, dividida por 0,9 (nove décimos).

Subscrição de ações no período de preferência

#### 1ª Janela

Em 22 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 62.585.989,97 (sessenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e noventa e sete centavos), mediante a emissão de 13.203.850 (treze milhões, duzentos e três mil e oitocentas e cinquenta) novas ações ordinárias. Em 23 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a rerratificação da homologação do aumento de capital da Companhia de modo a corrigir erro material referente ao número total de ações emitidas e homologadas pela Companhia, onde houve o cancelamento de 785.749 (setecentos e oitenta e cinco mil, setecentas e quarenta e nove) ações ordinárias, emitidas por ocasião do aumento de capital homologado conforme Ata da RECA do 1º Aumento de Capital, no valor total de R\$ 3.724.450,26 (três milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos) , portanto, o Aumento de Capital da Companhia foi concluído com o montante de R\$ 58.861.539,71 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos), mediante a emissão de 12.418.101 (doze milhões, quatrocentas e dezoito mil, cento e uma) novas ações ordinárias.

<b>Total</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Capital Social</b>
Antes da 1ª Janela de Conversão	43.403.849	2.069.566.247,56
Subscrição de Credores	12.282.475	58.218.672,47
Subscrição de Acionistas	135.626	642.867,24
Após a 1ª Janela de Conversão	55.821.950	2.128.427.787,27

### 2ª Janela

Em 21 de junho de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 26.063.162,34 (vinte e seis milhões, sessenta e três mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), mediante a emissão de 6.435.369 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentas e sessenta e nove) novas ações ordinárias.

<b>Total</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Capital Social</b>
Antes da 2ª Janela de Conversão	55.821.950	2.128.427.787,27
Subscrição de Credores	6.302.717	25.525.921,74
Subscrição de Acionistas	132.652	537.240,60
Após a 2ª Janela de Conversão	62.257.319	2.154.490.949,61

### 3ª Janela

Em 23 de setembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do Aumento de Capital da Companhia no montante de R\$ 17.897.570,56 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos), mediante a emissão de 7.305.153 (sete milhões, trezentos e cinco mil, cento e cinquenta e três) novas ações ordinárias.

<b>Total</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Capital Social</b>
Antes da 3ª Janela de Conversão	62.257.319	2.154.490.949,61
Subscrição de Credores	7.248.115	17.757.827,51
Subscrição de Acionistas	57.038	139.743,05
Após a 3ª Janela de Conversão	69.562.472	2.172.388.520,17

O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 2.172.388.520,17 (dois bilhões, cento e setenta e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais e dezessete centavos), dividido por 69.562.472 (sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

### 4ª Janela

Conforme fato relevante divulgado em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações e dentro do limite do capital, referente a 4ª janela de conversão que iniciou em 17 de dezembro de 2024.

Essa Janela do Pedido de Conversão permaneceu aberta até o dia 15 de janeiro de 2025, inclusive. Após essa data foi concedido aos acionistas da Companhia o prazo de 30 (trinta) dias para exercício dos seus respectivos direitos de preferência para subscrição de novas ações, com início em 24 de janeiro de 2025 e término em 24 de fevereiro de 2025. Após o decurso do prazo de preferência será concedido prazo suplementar de 5 (cinco) dias úteis para a subscrição de sobras de ações pelos acionistas, com início previsto para 28 de fevereiro de 2025 e término em 11 de março de 2025, sendo que a devida conversão está prevista para ocorrer em 18 de março de 2025.

A íntegra do Plano de Recuperação Judicial aprovado, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da Companhia em [www.paranapanema.com.br/ri](http://www.paranapanema.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM em [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de recuperação judicial propriamente dito e conforme a conceituação dos termos definidos.

### Entidades do grupo – “Controladas”

A Companhia detém as seguintes participações societárias em suas Controladas diretas:

Controladas	31/12/24	31/12/23
CDPC-Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda –Em Recuperação Judicial Empresa com sede na cidade de Santo André, SP, Brasil, tendo como principal objeto social a comercialização e distribuição de cobre, suas sobras e outros minérios, de suas ligas e dos produtos e subprodutos deles resultantes.	100,00%	100,00%
Paraibuna Agropecuária Ltda.- Em Recuperação Judicial: Empresa inativa Objeto social: Exploração de atividades agropecuárias, pastoris e reflorestamento.	99,98%	99,98%
Caraíba Incorporated Ltd. Empresa encerrada em 29/10/2024.	-	100,00%
Paranapanema Netherland B.V. Empresa encerrada em 18/10/2024.	-	100,00%

A Companhia efetuou o encerramento das empresas Caraíba Incorporated Ltd, localizada nas Ilhas Cayman, sendo que desde 2021 a empresa não possuía mais operação ou movimentações financeiras de qualquer natureza e Paranapanema Netherland B.V., localizado nos Países Baixos, sendo que desde 2019 a empresa não possuía mais operação ou movimentações financeiras de qualquer natureza. O encerramento ocorreu pelo método mais simplificado, em razão de as empresas não possuírem obrigações com terceiros mapeada, seja com clientes, fornecedores, fiscais ou trabalhistas que possam gerar qualquer tipo de reclamação no futuro.

## 02. Base de preparação

### A) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) , e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA Individual e Consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Financeiras.

A emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 13 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão

### B) Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;

**C) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

**D) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

- Nota 01 – continuidade operacional: se existem incertezas materiais que podem levantar dúvidas significativas sobre a capacidade da entidade de continuar operando.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**E) Incertezas sobre premissas e estimativas contábeis críticas**

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas contábeis críticas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 08 - Impostos e contribuições a recuperar: ações tomadas pela Companhia para realização dos créditos de ICMS e homologação de parte dos créditos do PIS e da COFINS;
- Nota 12 - Imobilizado e intangível: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis e análise da vida útil;
- Nota 19 - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

### **03. Mensuração do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis de hierarquia ao valor justo (nota 28.4).

**Outros passivos financeiros não derivativos**

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e, para fins de divulgação, a cada data de relatório anual. O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

## 04. Políticas contábeis materiais

A Companhia tem aplicado as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

### A) Base de consolidação

#### i. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### ii. Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

#### iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### B) Moeda estrangeira

#### i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para Real, moeda funcional da Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão dos itens listados abaixo são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Passivo financeiro designado como proteção (*hedge*) do investimento líquido em uma operação no exterior, na extensão em que a proteção (*hedge*) seja efetiva, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes; ou

- Uma proteção (*hedge*) de fluxos de caixa que se qualifica, os quais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

## ii. Operações no Exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

## C) Instrumentos financeiros

### C.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros ao custo amortizado inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado.

#### i. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

São ativos financeiros mantidos pela Companhia com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. ativos.

Compreende o saldo das rubricas caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos.

#### ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Compreende o saldo das rubricas de instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.

#### C.1.2) Aplicações Financeiras e recebíveis

As aplicações financeiras e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

##### i. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros que possuem liquidez imediata ou em data inferior a 90 dias e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e são utilizados pela Companhia e suas Controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

##### ii. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado.

##### iii. Contas a receber e perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

O saldo de clientes do mercado externo está convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. A política de vendas da Companhia e suas controladas se subordinam às normas de crédito fixadas pela Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, especialistas das áreas financeira e comercial avaliam e acompanham o risco dos clientes, de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial. A Companhia conta ainda com perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, demonstrado na Nota 6 de acordo com a norma IFRS 9 (CPC 48), mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais.

#### C.2) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto, fornecedores e outras contas a pagar.

Saldos bancários a descoberto que tenham que ser pagos quando exigidos e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia e suas controladas são incluídos como um componente do caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

### C.3) Capital social

#### C.3.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo e juntamente com os juros sobre capital próprio somente estarão livres para desembolso quando a Companhia não tiver prejuízos acumulados.

#### C.3.2) Debêntures conversíveis em ações

São Debêntures que, conforme estabelecido na escritura de emissão, são mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, representados de parcela de empréstimo contraído pela emitente com o investidor garantidos pelo ativo da Companhia visando investimento ou o financiamento de capital de giro. A emissão tem que ser autorizada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

### D) Ativos Mantidos para Venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apurados na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensuração, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

### E) Benefícios a empregados

#### *i.* Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### *ii.* Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

#### *iii.* Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida do Grupo em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no

ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

#### **iv.** Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando o Grupo não pode mais retirar a oferta desses benefícios e quando a Companhia reconhece os custos de uma reestruturação. Caso pagamentos sejam liquidados depois de 12 meses da data do balanço, então eles são descontados aos seus valores presentes.

### **F) Imobilizado**

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

### **G) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

### **H) Depreciação e amortização**

Itens do ativo imobilizado e intangíveis são depreciados e amortizados respectivamente a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação ou amortização é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado e intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação ou amortização é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado e intangível para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

- |                           |              |
|---------------------------|--------------|
| • Edificações             | 25 a 50 anos |
| • Máquinas e equipamentos | 3-30 anos    |
| • Veículos                | 5 anos       |
| • Móveis e utensílios     | 5-10 anos    |
| • Software                | 5 anos       |

## **I) Ativos intangíveis**

### ***i.* Pesquisa e desenvolvimento**

Gastos em atividades de pesquisa, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

### ***ii.* Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

### ***iii.* Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

### ***iv.* Amortização**

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados, caso seja apropriado.

## **J) Estoques**

Os estoques são mensurados inicialmente pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é avaliado ao custo médio líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação, e outros custos incorridos para trazê-los à sua localização e condições atuais. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

## Ociosidade

O custo referente à capacidade instalada é transferido às unidades produzidas, integralmente, sempre que as instalações produtivas estiverem sendo utilizadas em condições normais. A partir do ponto em que a ociosidade deixar de estar dentro dos limites da normalidade, o custo referente a essa ociosidade em excesso é levado diretamente nos resultados do período da ociosidade, não se admitindo a sua transferência para estoques, evitando-se, desta maneira, o risco de uma superavaliação destes e da não possibilidade de sua recuperação.

### **K) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**

#### K.1) Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução do valor recuperável.

#### K.2) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada através do resultado.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Gestão sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

#### K.3) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma evidência por perda no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos despesas de venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita uma avaliação de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **L) Direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos**

Os direitos de uso de ativos e passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. O reconhecimento é feito pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Gerais e Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

#### **M) Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como despesa financeira.

#### **N) Receita operacional**

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida baseada no modelo de cinco etapas da norma do IFRS 15: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

As obrigações de desempenho de venda e o frete da entrega dos produtos prometidos aos clientes se satisfazem simultaneamente, não caracterizando entrega distintas, sendo que o cliente não pode se beneficiar do bem ou serviço isoladamente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência do controle varia dependendo das condições Individuais do contrato de venda.

#### **O) Subvenção e assistência governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita pelo valor justo quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática no período de vida útil do ativo.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como “receitas líquidas de vendas” em uma base sistemática durante os períodos em

que as despesas são registradas.

A unidade industrial sede social localizada em Dias d'Ávila, no estado da Bahia, goza de incentivo fiscal de ICMS, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – Desenvolve. Instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001 regulamentado pelo Decreto nº 8.205/2002, até o ano de 2032. O incentivo tem por objetivo de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial do Estado. Este benefício se aplica apenas para as vendas no mercado interno e a Companhia não gozou desse benefício nos exercícios de 2023 e 2024.

**P) Receitas (despesas) financeiras**

Receitas (despesas) financeiras: Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de "swap", resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos ("swap" contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Variação Cambial: Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio a vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira. Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento. As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no período em que surgirem.

**Q) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa e/ou crédito com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. A alíquota de

impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 34% (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas são revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

#### **R) Lucro ou prejuízo por ação**

A Companhia apura o saldo de lucro ou prejuízo por ação com base na atribuição do resultado do exercício das ações emitidas pela Companhia, ponderado as quantidades em circulação durante o exercício.

#### **S) Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

##### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas: operacional, investimento, financiamento, operações descontinuadas e imposto de renda.

As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

Todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas e da demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas.

**b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

**05. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras**

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos		<b>6.384</b>	80	<b>6.386</b>	85
Aplicações financeiras	(a)	-	-	<b>2.138</b>	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>6.384</b>	80	<b>8.524</b>	85
Aplicações financeiras - Escrow	(b)	<b>33.920</b>	24.367	<b>33.920</b>	24.367
<b>Aplicações financeiras</b>		<b>33.920</b>	24.367	<b>33.920</b>	24.367
<b>Ativo circulante</b>		<b>33.920</b>	24.367	<b>33.920</b>	24.367
Banco conta vinculada	(c)	-	11	-	11
<b>Banco conta vinculada</b>		-	11	-	11

A Companhia, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em investimentos de baixo risco, em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha, de acordo com rating divulgado pelas principais agências de risco.

**a) Aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa**

Referem-se a certificados de depósitos bancários renda fixa e operações compromissadas com lastro em debêntures e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, possuem liquidez imediata e sem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

**b) Aplicações Financeiras**

Referem-se a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas com lastro em debêntures e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

O valor de R\$33.920 em 31 de dezembro de 2024 (R\$24.367 em 31 de dezembro de 2023), referem-se a valores aplicados junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global e serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida.

A remuneração média das aplicações é de 95,5% do CDI em 31 de dezembro de 2023 e 2024, mensuradas pelo custo amortizado.

c) Banco Conta Vinculada

Trata-se da conta de garantia aberta junto ao Banco Itaú S.A., exclusivamente vinculada ao Acordo Global, com o propósito único de garantir que os adquirentes dos ativos não-operacionais da Companhia depositem o valor da transação de venda e compra, tornando tais recursos indisponíveis para a Companhia, pois, serão integralmente direcionados ao pagamento ou antecipação das parcelas definidas no cronograma de amortização da dívida.

## 06. Contas a receber de clientes

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Cientes no país:</b>				
Terceiros	<b>84.705</b>	74.558	<b>85.712</b>	75.669
Partes Relacionadas 11.2	<b>287</b>	-	-	-
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>(52.449)</b>	(54.448)	<b>(53.456)</b>	(55.559)
	<b>32.543</b>	20.110	<b>32.256</b>	20.110
<b>Cientes no exterior:</b>				
Terceiros	<b>2.392</b>	13.451	<b>2.392</b>	13.451
Ajuste de preço	-	(708)	-	(708)
Perda Esperada com Créditos de Liquidação Duvidosa	<b>(156)</b>	(1.415)	<b>(156)</b>	(1.415)
	<b>2.236</b>	11.328	<b>2.236</b>	11.328
<b>Cessão de Credito</b>	<b>(32.363)</b>	(29.692)	<b>(32.363)</b>	(29.692)
	<b>2.416</b>	1.746	<b>2.129</b>	1.746
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.023</b>	<b>1.746</b>	<b>1.736</b>	<b>1.746</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>393</b>	-	<b>393</b>	-

A composição do contas a receber por idade de vencimento, líquida de perda estimada do valor recuperável, é descrita como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer há mais de 120 dias	<b>505</b>	57	<b>505</b>	57
A vencer de 91 a 120 dias	<b>11</b>	378	<b>11</b>	378
A vencer de 61 a 90 dias	<b>451</b>	37	<b>451</b>	37
A vencer de 31 a 60 dias	<b>10.136</b>	2.612	<b>10.136</b>	2.612
A vencer até 30 dias	<b>20.801</b>	27.367	<b>20.514</b>	27.367
<b>Total a vencer</b>	<b>31.904</b>	30.451	<b>31.617</b>	30.451
Vencidas até 30 dias	<b>2.766</b>	855	<b>2.766</b>	855
Vencidas de 31 a 60 dias	<b>33</b>	3	<b>33</b>	3
Vencidas de 61 a 90 dias	-	582	-	582
Vencidas há mais de 90 dias	<b>76</b>	255	<b>76</b>	255
<b>Total vencidas</b>	<b>2.875</b>	1.695	<b>2.875</b>	1.695
	<b>34.779</b>	32.146	<b>34.492</b>	32.146
Ajuste de preço (a)	-	(708)	-	(708)
Cessão de Credito (b)	<b>(32.363)</b>	(29.692)	<b>(32.363)</b>	(29.692)
	<b>2.416</b>	1.746	<b>2.129</b>	1.746

- a) O Ajuste de preço se refere a instrumentos financeiros derivativos embutidos contratados nas vendas de lama anódica e *revert* (material recuperado dentro do processo metalúrgico que são reprocessados), para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e preço das *commodities*.

- b) Valor referente a cessão de crédito do contas a receber com regresso, que a Companhia efetuou com um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em virtude do não recebimento da venda performada de produtos (contas a receber). Para mitigar esse risco, possui políticas e normas para análise e monitoramento de créditos e cobrança de duplicatas.

Em conformidade com o IFRS 9, as perdas esperadas em ativos financeiros formam a base para a determinação das perdas a serem reconhecidas no resultado em decorrência da perda do valor recuperável (*impairment*) dos ativos financeiros.

A constituição do saldo de perdas de créditos esperadas, em 31 de dezembro de 2024, considera a somatória da perda esperada, onde é aplicado um percentual de perda de acordo com *score* do cliente (pontualidade x restrições), mais a totalidade dos títulos com atraso superior a 90 (noventa) dias.

A movimentação da perda estimada do valor recuperável está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(55.863)	(53.101)	(56.974)	(54.212)
Reversões de perdas estimadas exercício	1.570	272	1.570	272
Baixa definitiva	1.688	-	1.792	-
Saldo final	(52.605)	(52.829)	(53.612)	(53.940)

## 07. Estoques

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
Matérias-primas	110.963	154.255
Produtos em processo	71.366	56.267
Produtos acabados	55.726	20.934
Importações em andamento	847	1
Adiantamentos a fornecedores p/compra MP	267	72
Materiais de manutenção e outros	68.522	70.271
Materiais para revenda	132	135
Perda estimada do valor recuperável	(36.073)	(3.850)
<b>Ativo circulante</b>	<b>271.750</b>	<b>298.085</b>

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O saldo da perda estimada no montante de R\$36.073 em 31 de dezembro de 2024 (R\$3.850 em 31 de dezembro de 2023), foi constituída com análise dos materiais e produtos sem movimentação há mais de 2 anos na data base ou com baixo giro. A variação do ano se deu por conta da estimativa de baixa realização do estoque de Silicato de Ferro durante o próximo exercício e foi reconhecida na linha de custos dos produtos vendidos.

A Companhia ofereceu o equivalente a R\$ 271.750 (R\$298.085 em 31 de dezembro de 2023) em garantia de cessão de crédito do contas a receber e processos fiscais, sendo R\$159.534 do estoque rotativo da planta de Utinga e Bahia (R\$189.816 em 31 de dezembro de 2023), R\$38.558 coprodutos (R\$41.775 em 31 de dezembro de 2023) e R\$73.658 de itens do almoxarifado (R\$66.494 em 31 de dezembro de 2023). Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

## 08. Impostos e contribuições a recuperar

	Notas	Controladora			
		2024		2023	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	31.545	340.786	-	497.847
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	-	73.987	-	108.085
Perda estimada do valor recuperável	(a)	-	(427.364)	-	(423.592)
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	20.350	-	35.955	40.000
Perda estimada do valor recuperável ICMS	(b)	-	-	(2.450)	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		1.937	1.179	2.897	1.964
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	177	10.277	-	10.277
Perda estimada do valor recuperável	(c)	-	(10.277)	-	(10.277)
Reintegra	(d)	1.101	19.016	1.518	18.917
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	-	-	126	-
Programa de integração social-PIS	(e)	-	-	50	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		649	-	160	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		428	-	346	-
Outros		2.175	-	1.584	-
		<b>58.362</b>	<b>7.604</b>	<b>40.186</b>	<b>243.221</b>

	Notas	Consolidado			
		2024		2023	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Exclusão ICMS base calculo COFINS	(a)	31.545	387.132	-	544.193
Exclusão ICMS base calculo PIS	(a)	-	84.048	-	118.147
Perda estimada do valor recuperável	(a)	-	(471.180)	-	(467.408)
Imposto s/circulação de mercad. e serv.-ICMS	(b)	20.350	-	35.955	40.000
Perda estimada do valor recuperável ICMS	(b)	-	-	(2.450)	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar		1.937	1.180	2.897	1.964
Imposto de renda e contrib. social a restituir	(c)	866	10.277	948	10.277
Perda estimada do valor recuperável	(c)	-	(10.277)	-	(10.277)
Reintegra	(d)	1.101	19.016	1.518	18.917
Contr. p/financ. seguridade social-COFINS	(e)	-	-	126	-
Programa de integração social-PIS	(e)	-	-	50	-
Imposto de renda retido na fonte-IRRF		655	-	160	-
Impostos sobre produtos industrializados-IPI		428	-	346	-
Imposto de renda e contrib. social antecipados		143	-	200	-
Outros		2.239	-	1.649	-
		<b>59.264</b>	<b>20.196</b>	<b>41.399</b>	<b>255.813</b>

A Administração estima que a projeção dos resultados tributáveis futuros indica que a Companhia e suas controladas apresentam capacidade de realização dos créditos tributários.

Essas estimativas são anualmente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação possam ser consideradas nas informações contábeis.

- a) Decorre de valores objeto de decisões favoráveis obtidas em favor de sociedade incorporada e da Companhia em ações judiciais que questionavam a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, tendo o trânsito em julgado de tais ações judiciais ocorridas em 28 de fevereiro de 2019, 25 de abril de 2019 e 17 de dezembro de 2019.

De acordo com o CPC 00 (R1), que trata da "Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro" (Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis), um item deve ser reconhecido se for provável que algum benefício

econômico futuro ocorra, o qual deve ter valor que possa ser mensurado com confiabilidade, ou seja, de forma completa, neutra e livre de erro.

Em 2019, a Companhia contratou uma consultoria especializada com a finalidade de apoiar na análise e quantificação dos valores envolvidos. Esta análise levou a Companhia a apurar um valor total de R\$724.493.

Em 13 de maio de 2021, o STF decidiu sobre a exclusão do ICMS destacado em nota fiscal na base de cálculo do PIS e da COFINS e modulou os efeitos a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferido o julgamento. Com essa decisão, a Controlada CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda, reconheceu no segundo trimestre de 2021, o montante de R\$56.408.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda de parte dos direitos creditórios oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS para o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Alternative Assets III (“FIDC Assets III”) representado na forma de seus regulamentos pela sua administradora BTG Pactual Serviços Financeiros S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo, dentre outras, a autorização do Juízo da Recuperação Judicial e a aprovação pelos credores detentores de cessão fiduciária de tais créditos.

Em 12 de março de 2024 foi proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial a sentença que homologa a venda dos direitos creditórios. Por conseguinte, o FIDC Assets III realizou o depósito judicial em 02 de abril de 2024 do valor avençado pela compra do direito creditório no montante de R\$158.434 (apresentado na nota explicativa 9.2), nos moldes da sentença e aguarda o desfecho final nos Autos da Recuperação Judicial, para que a operação de venda seja concluída com a assinatura do Termo de Cessão.

O saldo da provisão para perda, com a venda do crédito com deságio, em 31 de dezembro de 2024 é de R\$427.364 na controladora e R\$471.180 no consolidado.

O Saldo remanescente em aberto em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$31.545 se refere a créditos em aberto, já homologados e não negociados, disponíveis para utilização.

- b) Refere-se, substancialmente, ao saldo credor de impostos sobre a circulação de mercadorias e serviços (ICMS), gerado em suas operações, demonstrado pelo seu valor de realização.

Na unidade de Santo André - SP, as operações da companhia vem reduzindo substancialmente o valor do crédito, deixando o saldo credor em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$13.431. (R\$48.747 em 31 de dezembro de 2023).

Na unidade de Dias D’Ávila - BA, em 31 de dezembro de 2024 o saldo credor era de R\$5.383 (R\$25.665 em 31 de dezembro de 2023). A redução se deve pela venda em outubro de 2023 de R\$30.000 do seu crédito, que foi transferido ao comprador em 10 parcelas fixas mensais de R\$3.000. A venda foi realizada com o deságio de R\$3.500 sobre o total, reconhecido na linha de outras despesas operacionais no resultado de 2023.

- c) Refere-se ao imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) a ser recuperado pela Companhia referente a exercícios anteriores. Para os valores classificados no ativo não circulante a Companhia já efetuou o pedido de restituição através de processo judicial e aguarda decisão para compensar ou restituir o valor. O total de R\$10.277, classificado no ativo não circulante, está provisionado como perda em decorrência da realização não ser

praticamente certa. Os assessores jurídicos da Companhia classificaram como remoto para fins de obtenção de êxito nos pleitos.

- d) Refere-se a Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os valores foram apurados de acordo com os parâmetros definidos na Lei nº 12.546/2011 com alterações da Lei nº 13.043/2014, regulamentado pelo Decreto nº 8.415/2015, alterado pelo Decreto nº 9.393/2018. O saldo de R\$19.016 no longo prazo se refere a reabertura de créditos do período de apuração do 2º e 3º trimestre de 2018.
- e) Refere-se, substancialmente, ao crédito tomado de acordo com as Leis nº10.637/02 (PIS) e nº10.866/03 (COFINS), que se referem ao regime de apuração para a não-cumulatividade.

## 09. Outros ativos circulantes e não circulantes

### 09.1 – Outros ativos circulantes e não circulantes

	Nota	Controladora			
		2024		2023	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	43.872	-	44.026
Precatórios federais	(a)	-	4.741	-	5.829
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	-	-	1.228	-
Adiantamentos a fornecedores	(c)	10.873	-	5.829	-
Contrato de Mutuo com controlada	11.2	-	1.769	-	151
Adiantamentos a funcionários		1.167	-	583	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	931	-	931
Outras operações		189	461	137	149
		<b>12.229</b>	<b>52.775</b>	<b>7.777</b>	<b>52.087</b>

	Nota	Consolidado			
		2024		2023	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Precatórios municipais	(a)	-	43.872	-	44.026
Precatórios federais	(a)	-	4.741	-	5.829
Recuperação plano coletivo Brasilprev	(b)	-	-	1.265	-
Adiantamentos a fornecedores	(c)	10.873	-	5.829	-
Adiantamentos a funcionários		1.167	-	583	-
Valor a receber alienação Cibrafertil		-	1.001	-	1.001
Desapropriação		-	931	-	931
Outras operações		189	1.059	137	746
		<b>12.229</b>	<b>51.604</b>	<b>7.814</b>	<b>52.533</b>

- a) Refere-se a precatórios contra os Municípios de Santo André, bem como precatórios e créditos em face da União Federal.

A Companhia ofereceu em garantia de processo fiscal precatórios municipais, que em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 totalizavam R\$43.666. Caso ocorra decisão desfavorável os valores serão pagos em moeda corrente.

- b) Refere-se à conta coletiva do plano de previdência privada, administrado pela BrasilPrev, cujo montante foi constituído com os valores não liberados pela Companhia, conforme critérios descritos na Nota 30. Com o encerramento do contrato o valor acumulado na reserva coletiva foi utilizado para melhorar os benefícios.

- c) Refere-se a adiantamentos a fornecedores diversos a serem utilizados na liquidação de notas fiscais.

#### 09.2 Depósitos de demandas judiciais

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
Trabalhista	4.877	7.487
Tributário	17.085	24.735
Previdenciário	828	861
Cível	827	827
Outros	167.145	611
<b>Ativo não circulante</b>	<b>190.762</b>	<b>34.521</b>

Depósitos judiciais efetuados para garantia judicial em processos trabalhistas, tributários, previdenciários e cíveis, os quais permanecerão em conta à disposição do juízo. Caso haja alguma determinação pelo levantamento dos depósitos, como por exemplo, em razão da substituição da garantia, estes valores poderão ser levantados antes do término dos processos. Os depósitos judiciais relacionados aos riscos prováveis são apresentados como redutores das contingências provisionadas conforme Nota 19.1.

O aumento significativo na linha de outros depósitos judiciais, se refere ao depósito judicial realizado em 02 de abril de 2024 pela FIDIC Assets III referente a compra de parte dos direitos creditórios oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, e aguarda o desfecho final nos Autos da Recuperação Judicial, para que a operação de venda seja concluída com a assinatura do Termo de Cessão, conforme descrito na nota explicativa 08.a.

## 10. Ativos mantidos para venda

Representado por imóveis disponíveis para venda no montante de R\$22.636, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e provisão de perdas, os quais são inferiores aos valores esperados de realização.

Este grupo de ativos inclui imóveis que não são mais utilizados nas operações da Companhia e imóveis oriundos de determinação judicial em função de pendências financeiras de seus clientes.

Conforme descrito na nota 1, a Companhia ofereceu garantias envolvendo ativos não operacionais, e se comprometeu a envidar seus melhores esforços para realizar a venda de ativos não-operacionais, visando acelerar a amortização dos valores objeto da nova negociação. Para tanto a venda de ativos está sujeita a um processo de governança definido junto aos credores do Acordo Global.

Embora a Companhia esteja envidando seus melhores esforços para realizar a venda destes ativos, há condições, principalmente relacionado as garantias oferecidas, que levam estes bens a não estarem disponíveis para venda imediata e/ou dependerem de aprovações de credores para serem negociados. Diante disso o montante de R\$22.636 em 31 de dezembro de 2024 foi reclassificado para "Propriedades para investimento", que é apresentado no balanço patrimonial na linha de outros investimentos.

#### Garantias:

A Companhia ofereceu imóveis não operacionais em garantia de processos junto a instituições financeiras e penhoras judiciais conforme quadro abaixo:

Garantia	Imovel	Valor Contabil
Ação CSLL	Guarujá	9.860
Ação CSLL	Camaçari	7.460
Acordo Global	Serra da Cantareira	266
Acordo Global	Santa Cruz de Cabralia	1.617
Acordo Global	Camaçari	2.897
<b>Total Garantia</b>		<b>22.100</b>

Havendo comercialização dos imóveis, a Companhia deverá substituir os bens dados em garantia e caso ocorra decisão desfavorável nas operações, os valores serão pagos em moeda corrente.

## 11. Investimentos, partes relacionadas e outros

### 11.1 Informações resumidas e movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2024

	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	Paranapanema Netherland B.V.	CINC - Caraiba International	Paraibuna Agropec. Ltda.	Total
<b>Informações financeiras resumidas</b>					
Ativo circulante	3.042	-	-	-	3.042
Ativo não circulante	24.698	-	-	598	25.296
<b>Total do ativo</b>	<b>27.740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>598</b>	<b>28.338</b>
Passivo circulante	601	-	-	-	601
Passivo não circulante	3.083	-	-	-	3.083
Patrimônio líquido	24.056	-	-	598	24.654
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>27.740</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>598</b>	<b>28.338</b>
Despesas Operacionais	(373)	(4)	(14)	-	(391)
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(373)</b>	<b>(4)</b>	<b>(14)</b>	<b>-</b>	<b>(391)</b>
Resultado Financeiro	(1.383)	2	17	-	(1.364)
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(1.756)</b>	<b>(2)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(1.755)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(23)	-	-	-	(23)
<b>Lucro (Prejuízo) do exercício</b>	<b>(1.779)</b>	<b>(2)</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>(1.778)</b>
<b>Movimentação dos Investimentos</b>					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>24.797</b>	<b>598</b>	<b>1.088</b>	<b>598</b>	<b>27.082</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>24.797</b>	<b>598</b>	<b>1.088</b>	<b>598</b>	<b>27.081</b>
Variação cambial de investimento no exterior	-	(38)	(78)	-	(116)
Equivalência patrimonial	1.038	(130)	14	-	922
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>25.835</b>	<b>430</b>	<b>1.024</b>	<b>598</b>	<b>27.887</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>25.835</b>	<b>430</b>	<b>1.024</b>	<b>598</b>	<b>27.887</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>25.835</b>	<b>430</b>	<b>1.024</b>	<b>598</b>	<b>27.887</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>25.835</b>	<b>430</b>	<b>1.024</b>	<b>598</b>	<b>27.887</b>
Variação cambial de investimento no exterior	-	90	(851)	-	(761)
Equivalência patrimonial	(1.779)	(2)	3	-	(1.778)
Operação encerradas - Liquidação	-	(518)	(176)	-	(694)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>24.056</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>598</b>	<b>24.654</b>
<b>Ativo não-circulante</b>	<b>24.056</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>598</b>	<b>24.654</b>

### 11.2 Negócios com controladas, partes relacionadas e outros

A Diretoria Executiva ou o Conselho de Administração, no âmbito de suas respectivas alçadas em conformidade com a Política de Transações entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesse da Companhia, autorizaram as operações, que são efetuadas a preços e condições normais de mercado, contendo valores, prazos e taxas usuais, normalmente aplicados em transações com partes não relacionadas.

a) Caixa Econômica Federal

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui empréstimos de adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) com a Caixa Econômica Federal no montante de R\$64.301 (US\$10.384 mil a taxa de 6,1923), R\$241.656 em 31 de dezembro de 2023 (US\$49.916 mil a taxa de 4,8413) e possui R\$331.967 referente a dívidas nacionalizadas.

A Caixa Econômica Federal detém 10.09% do total de ações da Companhia.

b) CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda.

As operações no CDPC estão suspensas desde o segundo semestre do ano de 2020 como parte da estratégia do negócio, porém a Controladora mantém a Empresa e sua infraestrutura ativa.

Em 02 de janeiro de 2015, foi assinado, entre a controladora e a controlada CDPC, o Contrato de Rateio de Custos e Despesas, que prevê a realização de rateio proporcional de todos os custos, gastos, despesas, encargos e tributos, exclusivamente relacionados às áreas corporativas, chamadas de Estrutura Compartilhada. Tendo em vista que o objetivo é tão somente o repasse dos custos comuns em decorrência do uso da Estrutura Compartilhada, não há lucros ou qualquer forma de remuneração entre as partes.

A Controladora e a controlada tem contratos para gestão de recursos de caixa.

Segue abaixo demonstrativo dos saldos da controladora com as controladas

		Notas	2024	2023
Contas a receber de clientes	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	06	287	
<b>Ativo circulante</b>			<b>287</b>	<b>-</b>
Outros ativos não circulantes	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	09	1.769	-
Outros ativos não circulantes	Paranapanema Netherland B.V.	09	-	130
Outros ativos não circulantes	Caraíba Incorporated Ltd.	09	-	21
<b>Ativo não circulante</b>			<b>1.769</b>	<b>151</b>
Outros passivos não circulantes	CDPC - Centro de Distrib.Prods. Cobre Ltda.	20	12.106	13.832
Outros passivos não circulantes	Paranapanema Netherland B.V.	20	-	560
Outros passivos não circulantes	Caraíba Incorporated Ltd.	20	-	1.045
<b>Passivo não circulante</b>			<b>12.106</b>	<b>15.437</b>

## 12. Imobilizado e intangível

Segue a movimentação do imobilizado no período

Controladora/Consolidado								
	Taxa média de depreciação	2023	Adições	Baixas	Transferências	Provisão de perdas	Depreciação Amortização	2024
<b>IMOBILIZADO</b>								
Terrenos		119.685	-	-	-	-	-	119.685
Benfeitorias	5%	1.005	-	-	-	-	(154)	851
Edificações	3%	176.551	-	(484)	16.601	-	(11.201)	181.467
Instalações	16%	24.128	-	(793)	-	-	(3.118)	20.217
Máquinas e equipamentos	9%	441.943	-	(783)	6.860	-	(73.072)	374.948
Movéis e Utensílios	8%	43.966	-	(2)	48	-	(7.351)	36.661
Veículos	20%	8	-	-	-	-	(7)	1
Imobilizado em andamento		192.313	16.849	-	(23.096)	-	-	186.066
Impairment / Prov. Perdas		(5.129)	-	-	-	2.185	-	(2.944)
Peças Sobressalentes		8.470	-	-	(413)	9	-	8.066
<b>Total Imobilizado</b>		<b>1.002.940</b>	<b>16.849</b>	<b>(2.062)</b>	<b>-</b>	<b>2.194</b>	<b>(94.903)</b>	<b>925.018</b>
<b>INTANGÍVEL</b>								
ERP/Softwares	20%	4.565	-	-	-	-	(1.174)	3.391
<b>Total Intangível</b>		<b>4.565</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.174)</b>	<b>3.391</b>

O montante de R\$94.903 no imobilizado referente à depreciação e R\$1.174 no intangível referente à amortização, totalizando R\$96.077, refere-se a:

Controladora/Consolidado		
	2024	2023
Áreas Industriais	94.098	106.915
Áreas comerciais	687	1.360
Áreas gerais e administrativas	1.292	1.544
<b>Total de depreciação e amortização</b>	<b>96.077</b>	<b>109.819</b>

### 12.1. Imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta de imobilizações em andamento no consolidado, era de R\$186.066 (R\$192.213 em 31 de dezembro de 2023), e estava substancialmente representado por dispêndios nos projetos em execução.

Os principais projetos são destinados à parada programada de manutenção, garantia das atividades operacionais, atualização tecnológica e segurança corporativa.

Os prazos para conclusão dos projetos em andamento são impactados principalmente pela dificuldade de geração de caixa, já que dependem diretamente de investimentos para sua conclusão, e pelo lay-off aplicado na planta de Dias D'ávila. Por serem vitais para a retomada das operações, a Companhia espera que sejam concluídos a médio e longo prazo.

### 12.2. Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado e intangível (*impairment*)

Em atendimento às exigências do IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos, a Companhia testou o valor recuperável de seus ativos imobilizados no final de 2023 e 2024 e não detectou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável dos mesmos.

A Companhia tem constituído provisão de perda no montante de R\$2.194 para ajuste de inventário de itens não localizados.

### 12.3. Imobilizado oferecido em garantia

A Companhia ofereceu o montante de R\$8.066 de peças sobressalentes (R\$8.470 em 31 de dezembro de 2023) em garantia de cessão de crédito do contas a receber. Caso ocorra decisão desfavorável, os valores serão pagos em moeda corrente.

A Companhia ofereceu também bens do seu ativo imobilizado em garantia de processos fiscais, garantia de financiamentos dos projetos de expansão e atualização tecnológica das linhas de produção e garantia de empréstimos no processo de reperfilamento das dívidas, que em 31 de dezembro de 2024 seus valores contábeis totalizavam R\$697.355.

Garantias de Processos		Valor Contábil
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc Trabalhista		5.266
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc Tributario		16.409
Penhora Judicial e Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva-Proc CSLL		37.295
Alienação Fiduciária		395
<b>Total Garantia de Processos</b>		<b>59.365</b>

Garantia de Empréstimos		Valor Contábil
Alienação Fiduciária sob Condição Suspensiva - BNB		188.459
<b>Sub-total (anterior a reestruturação)</b>		<b>188.459</b>
Alienação Fiduciária e Penhora Judicial		117.971
Alienação Fiduciária - Dias D'ávila		119.070
Alienação Fiduciária - Utinga		78.520
Alienação Fiduciária - Serra		17.673
Alienação Fiduciária - ING		116.297
<b>Sub-total (Hipotecados/Penhorados reperfilamento)</b>		<b>449.531</b>
<b>Total Garantia de Empréstimos</b>		<b>637.990</b>
<b>Total Garantia</b>		<b>697.355</b>

### 13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Mercadorias	157.317	145.208	157.317	145.208
Fretes e transportes	12.624	7.895	12.624	7.895
Serviços	120.261	115.636	120.268	115.643
Energia elétrica/água e esgoto/gás	2.993	5.332	2.993	5.332
Seguros	1.043	2.014	1.043	2.014
Outros	193	189	193	189
<b>Fornecedores nacionais</b>	<b>294.431</b>	276.274	<b>294.438</b>	276.281
Mercadorias	292.553	194.317	292.553	194.317
<b>Fornecedores exterior</b>	<b>292.553</b>	194.317	<b>292.553</b>	194.317
<b>Fornecedores Recuperação Judicial</b>	<b>208.448</b>	228.571	<b>208.448</b>	228.571
<b>Total de fornecedores</b>	<b>795.432</b>	699.162	<b>795.439</b>	699.169
<b>Passivo circulante</b>	<b>639.105</b>	407.763	<b>639.112</b>	407.770
<b>Passivo não-circulante</b>	<b>156.327</b>	291.399	<b>156.327</b>	291.399

Em 31 de dezembro de 2024 o saldo a pagar de fornecedores que compõem a lista de credores do plano de recuperação judicial totaliza R\$208.448, sendo R\$109.906 classificados no passivo circulante e R\$98.542 no passivo não circulante, distribuído entre as classes conforme abaixo:

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Classe de credores	2024	2023
Classe I - Créditos Trabalhista	7.771	6.875
Classe II - Créditos com garantia real	10.235	9.953
Classe III - Créditos Quirografário	185.624	206.894
Classe IV - ME e EPP	4.818	4.849
<b>Total</b>	<b>208.448</b>	<b>228.571</b>

## 14. Operações com “forfaiting” e cartas de crédito

Corresponde à contratos firmados de compra de concentrado de cobre com fornecedores que utilizam bancos para operações denominadas “forfaiting” e cartas de crédito. Nessas transações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos que, por sua vez, passam a ser credores da operação. Essa forma de operação não altera significativamente preços e demais condições estabelecidas com os fornecedores da Companhia. No entanto, a utilização das instituições financeiras permite aos fornecedores alongar prazos de pagamentos para seus clientes e, ao mesmo tempo, antecipar o recebimento de suas vendas a prazo, contribuindo para a melhoria de seus fluxos de caixa operacionais.

Considerando as características de tais transações e cientes da forma como nossos fornecedores estão financiando suas operações, os montantes referentes a estas transações estão sendo apresentados em rubrica específica ajustados a valor presente e os encargos apropriados na linha de despesa financeiras.

O valor da linha de “Forfaiting - Fornecedores nacional – RJ” faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

	Prazo	Controladora/Consolidado			
		2024		2023	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Forfaiting - Fornecedores nacional	até 120 dias	10.782	-	-	-
Forfaiting - Fornecedores nacional - RJ		4.995	5.388	229	10.306
		<b>15.777</b>	<b>5.388</b>	<b>229</b>	<b>10.306</b>

## 15. Passivo de Arrendamento

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Companhia.

Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos contratos de arrendamento no período:

Contrato	Vigência até	Taxa a.m.	Ativo não circulante				Passivo				
			2023	Adições / Baixas	Amortiz. direito de uso	2024	2023	Adições / Baixas	Pgts	2024	
			Consolidado								
Locação de Outsourcing de Impressão- Corp	05/2025	1,03%	31	74	(74)	31	33	79	(79)	33	
Locação de Equipos p/ movimentação Interna	11/2024	1,03%	5.044	(533)	(4.510)	1	5.388	(655)	(4.733)	-	
Locação de Empilhadeiras-ES	08/2025	0,47%	54	3	(33)	24	62	1	(37)	26	
Locação de Veículos Operacionais - BA	04/2025	0,65%	61	(13)	(37)	11	64	(11)	(42)	11	
Locação de Rádios De Comunicação - BA	01/2025	0,47%	311	-	-	311	332	-	-	332	
Locação de Secador Ar Comprimido	01/2025	1,03%	172	-	(66)	106	206	-	(79)	127	
Locação de Plotter Artec - BA	07/2024	1,03%	19	(19)	-	-	20	(20)	-	-	
Locação de Guindastes	04/2027	1,03%	2.691	-	-	2.691	3379	-	-	3.379	
Locação de Equipos de Monitoramento-BA	08/2025	1,03%	1.483	-	(890)	593	1724	-	(1.034)	690	
Locação de Equipos de Monitoramento - SP	03/2026	1,03%	2.109	-	(937)	1.172	2.476	-	(1.100)	1.376	
Locação de Caminhão Truck	02/2025	1,03%	190	(190)	-	-	216	(216)	-	-	
Locação de Eqto movel movimentação sucata	05/2024	1,03%	149	-	(149)	-	159	-	(159)	-	
Locação de Uniformes Profissionais	01/2027	1,03%	-	998	(218)	780	-	1.179	(259)	920	
Locação de Eqto movel movimentação sucata	01/2027	1,03%	-	862	(189)	673	-	1.016	(222)	794	
Locação de Equipos de Segurança Eletr. - BA	07/2025	0,94%	263	-	-	263	329	-	-	329	
			<b>12.577</b>	<b>1.182</b>	<b>(7.103)</b>	<b>6.656</b>	<b>14.388</b>	<b>1.373</b>	<b>(7.744)</b>	<b>8.017</b>	
							Ajuste a valor presente	(1.811)	450	(1.361)	
							<b>Saldo de Passivo de arrendamento</b>	<b>12.577</b>	<b>1.823</b>	<b>(7.744)</b>	<b>6.656</b>
							<b>Passivo circulante</b>	8.816		3.770	
							<b>Passivo não-circulante</b>	3.761		2.886	

A taxa de juros nominal aplicada é a taxa incremental de empréstimos, calculada sobre custo médio ponderado de capital que a Companhia teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

O quadro abaixo demonstra o vencimento das prestações:

	Consolidado
	2024
2025.....	4.440
2026.....	2.263
2027.....	1.136
2028.....	178
	<b>8.017</b>

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento:

Total	2025	2026	2027	2028
Passivo de Arrendamento	8.017	3.577	1.314	178
Fluxo com projeção de inflação	8.417	3.721	1.365	185
Direito de Uso	6.656	2.908	1.049	141
Fluxo com projeção de inflação	6.988	3.025	1.090	146
Despesa Financeira	692	402	228	36
Fluxo com projeção de inflação	727	418	237	37
Despesa de Depreciação	3.748	1.859	908	141
Fluxo com projeção de inflação	3.935	1.934	943	146
IPCA Futuro (*)	4,99%	4,03%	3,90%	3,90%

(\*) <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

O valor das isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses, contratos de arrendamento cujo objeto seja de pequeno valor ou contratados sob

demanda, totalizam o montante de R\$4.701 no consolidado (R\$5.726 em 2023), classificados como alugueis conforme Nota 23.

## 16. Empréstimos e financiamentos

Desde março de 2020, a Companhia negociou com seus principais credores financeiros (essencialmente os mesmos que participaram do Acordo Global assinado em 2017) para alinhamento do perfil da dívida com a sua futura geração de caixa. Neste contexto, a Companhia contratou a consultoria especializada Moelis & Company Assessoria Financeira Ltda. para assessorá-la neste processo.

Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou com seus principais credores, o Quarto Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Acordo Global de Reestruturação e Outras Avenças ("Acordo Global"), renegociadas pela primeira vez em 2017, ficando assim repactuado o pagamento das dívidas financeiras até o final do ano de 2028 no montante principal de US\$479.151, equivalente a R\$2.673.895 em 31 de dezembro de 2021.

Nesse acordo as taxas de juros foram alteradas de Libor 12M + 1,75% a.a., para Libor 06M + 1% a.a., na modalidade de ACC e de Libor 12M + 3,25% a.a., para Libor 06M + 4% a.a. na modalidade de PPE/CCB, sendo que, a Term SOFR substituirá a Libor no caso de sua extinção, devidamente ajustada pelo índice de correção divulgado pela *Alternative Reference Rates Committee - ARRC*.

A Companhia seguindo as orientações estabelecidas na IFRS 9 (CPC 48) "Instrumentos Financeiros" para determinar se houve modificações substanciais na renegociação da dívida, fez a análise dos testes qualitativos e quantitativos e identificou que, não houve mudança nos instrumentos e moedas contratadas, e o valor presente líquido dos fluxos de caixa sob os novos termos ficou dentro dos parâmetros estabelecidos pela norma, conseqüentemente não houve troca do instrumento de dívida mas se fez necessário o ajuste do valor contábil.

Para ajustar o valor, a Companhia calculou o valor presente líquido dos fluxos de caixa dos novos contratos, com as novas taxas de juros e datas de pagamentos, descontados a taxa de juros efetiva da dívida antes da renegociação. Esse valor é comparado ao valor contábil anterior remanescente, e a diferença é reconhecida no resultado financeiro. O valor do ajuste em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$96.574 (USD17.307 a taxa de 5,5805). Em 31 de dezembro de 2024 o saldo do ajuste é de R\$51.321 (USD8.288 a taxa de 6,1923), em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R\$53.806 (USD11.114 a taxa de 4,8413).

Segue abaixo as condições dos prazos de pagamentos da dívida renegociada.

	ACC	PPE/CCB
Pagamento do principal	Em 2022 25,0% Em 2023 25,0% Em 2024 25,0% Em 2025 25,0%	Em 2022 03,5% Em 2023 03,0% Em 2024 03,0% Em 2025 03,0% Em 2026 06,0% Em 2027 28,5% Em 2028 53,0%
Juros remuneratórios em aberto na data da assinatura do acordo	No 1T22 Pagamento de 100%	No 1T22 Pagamento de 5% e 95% Repactuados
Juros remuneratorios subsequentes	Pagos semestralmente.	Até dez/22 serão 50% Repactuados e 50% pagos semestralmente, a partir de jan/23 Pagos semestralmente

Conforme descrito na nota 1, a Companhia não cumpriu o cronograma de pagamentos previstos a partir de dezembro de 2022, e não cumpriu os indicadores de *covenants*, mas continua negociando com seus credores para a amortização da parcela com a venda dos créditos tributários oriundos dos processos judiciais relativos ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do

PIS e da COFINS conforme descrito na nota 08.a. A Companhia também está negociando junto aos credores do Acordo Global com o intuito de obter novas condições mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

#### Governança da Monetização dos Ativos.

No decorrer das negociações, os credores identificaram que a Companhia é ou será titular de direitos creditórios de PIS, COFINS e ICMS; precatórios expedidos que se encontrem livre de ônus e gravames; créditos decorrentes de ações judiciais já ajuizadas que se encontrem livres de ônus e gravames; outros direitos creditórios decorrentes de processos tributários administrativos, arbitrais e judiciais; equipamentos não operacionais e imóveis não operacionais detidos pela Companhia, inclusive aqueles que são objeto dos Contratos de Garantia reais.

Para monetização desses ativos as partes decidiram criar uma Governança da Monetização dos Ativos, a qual entrou em vigor com a implementação da nova reestruturação e disciplina os termos e condições aplicáveis à alienação dos ativos, como a sistemática de avaliação dos ativos, assessores que auxiliam o processo de venda e a destinação integral dos recursos para a Nova Reestruturação, realizada com base em percentuais definidos.

#### Custos de transação

Os custos de transação diretamente atribuíveis ao processo de reperfilamento das dívidas, envolvendo principalmente a contratação de assessores jurídicos e financeiros, auditoria externa, gastos com elaboração de prospectos e relatórios bem como, taxas, comissões e registros, estão contabilizados em conta redutora do passivo.

Segue abaixo o saldo dos empréstimos líquidos dos custos de transação no final de cada período:

	<b>Consolidado</b>			
	2024		2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Contratados em Moeda USD</b>				
Financiamentos comércio exterior-ACC/ACE	387.127	-	644.471	-
Pré-pagamento de exportação -PPE	2.337.040	-	1.561.113	-
Cedula de credito bancario	183.782	-	121.227	-
	<b>2.907.949</b>	<b>-</b>	<b>2.326.811</b>	<b>-</b>
<b>Contratados em Moeda BRL</b>				
Antecipação Cessão de Credito	(a) 287.447	-	227.682	-
Antecipação Cessão de Credito-Recup. Judicial	(b) 598	633	5	1.166
Confissão de dívida	1.688.269	353.678	720.806	465.139
	<b>1.976.314</b>	<b>354.311</b>	<b>948.493</b>	<b>466.305</b>
<b>Custos de transação - reperfilamento</b>	<b>(21.496)</b>	<b>-</b>	<b>(30.145)</b>	<b>-</b>
	<b>4.862.767</b>	<b>354.311</b>	<b>3.245.159</b>	<b>466.305</b>

O aumento da linha de Confissão de dívida se deve principalmente pela nacionalização de ACCs dos Bancos Scotiabank Brasil S.A., Caixa Econômica Federal e Banco BNP Paribas Brasil S.A, com o reconhecimento de todos os encargos pertinentes a nacionalização.

- a) Valor referente a antecipação de cessão de crédito recebido pela Companhia de acordo com o “contrato de promessa de transmissão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças”, no qual a Companhia terá que performar no prazo médio de 90 dias, a entrega de recebíveis do mercado interno.

- b) Valor faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

As parcelas de longo prazo têm os seguintes vencimentos:

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
2025.....	-	111.461
2026.....	<b>169.881</b>	169.881
2027.....	<b>153.167</b>	153.167
2028.....	<b>21.131</b>	21.131
2029.....	<b>10.132</b>	10.665
	<b>354.311</b>	<b>466.305</b>

### Resumo da movimentação dos empréstimos no exercício

	Controladora/Consolidado								
	2023	Entrada	Alteração do instrumento da dívida	Custos Capitalização/ Nacionalização	Pgto Principal	Pgto Juros	Juros / Multa	Var Camb / Var Monet	2024
Pré-pagamento de exportação -PPE	1.561.113	-	-	-	-	-	332.361	443.566	2.337.040
Financiamentos de comércio exterior -ACC	644.471	-	(434.964)	-	-	-	92.488	85.132	387.127
Antecipação Cessão de Credito	227.682	459.092	-	-	(433.464)	(31.841)	65.978	-	287.447
Antecipação Cessão de Credito-Recup. Judicial	1.171	-	-	-	-	-	60	-	1.231
Cédula de crédito bancário	121.227	-	-	-	-	-	33.226	29.329	183.782
Confissão de dívida	1.185.945	-	434.964	21.178	(3.658)	(25.501)	429.019	-	2.041.947
Custos de transação - reperfilamento	(30.145)	-	-	-	-	-	8.649	-	(21.496)
Empréstimos e Financiamentos	<b>3.711.464</b>	<b>459.092</b>	<b>-</b>	<b>21.178</b>	<b>(437.122)</b>	<b>(57.342)</b>	<b>961.781</b>	<b>558.027</b>	<b>5.217.078</b>

O valor de "Alteração do Instrumento da dívida" é referente a ACCs baixados pelos bancos em decorrência de a Companhia ter se tornado inadimplente quanto aos termos e condições dos contratos de câmbio, bem como nos termos do acordo global. Os valores nacionalizados são atualizados pelo CDI acrescida de 2%. a.a.

### Abertura do endividamento por instituição financeira.

Modalidade	Banco	Pagamento	Vencimento	Taxas	2024 - BRL		2024 - USD	
					Passivo circulante		Passivo não circulante	
					Principal	juros	Principal	juros
<b>Contratados em Moeda BRL</b>								
Antec. Cessão Cred.	F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP	Mensal	2024	2,5% a.m.	206.709	75.134	-	-
Antec. Cessão Cred.	Credit Partners F.I.D.C. não Padroniza	Mensal	2024	2,5% a.m.	5.000	96	-	-
Antec. Cessão Cred.	Libra FIDC Multissetorial - Banpar	Mensal	2024	2,5% a.m.	500	8	-	-
Antec. Cessão Cred. Rec Jud.	Fundo Inv. Direitos Cred. Sifra	Mensal	2024 a 2029	IPCA	598	-	633	-
Conf.Divida	Banco Bradesco S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+4,92%a.a.	373.542	257.717	-	-
Conf.Divida	Caixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	263.693	68.274	-	-
Conf.Divida	Scotiabank Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	150.141	41.839	-	-
Conf.Divida	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	CDI+2%a.a.	122.186	23.427	-	-
Conf.Divida	F.I.D.C. Multissetorial Fundo BS NP	Mensal	2024 a 2028	2,13% a.m.	166.763	207.711	315.683	-
Conf.Divida	Banco do Est do Rio Grance do Sul - E	Mensal	2024 a 2029	1% a.m. + TR	5.418	7.558	37.995	-
				<b>Total contratados em moeda BRL</b>	<b>1.294.550</b>	<b>681.764</b>	<b>354.311</b>	<b>-</b>
<b>Contratados em Moeda USD</b>								
ACC	Banco BNP Paribas Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	24.274	6.613	-	3.920
ACC	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	170.667	52.615	-	27.561
ACC	Baixa Economica Federal	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	50.533	13.768	-	8.161
ACC	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	52.385	16.272	-	8.460
PPE	Banco Sumitomo Mitsui BR. S.A.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	236.092	86.675	-	38.127
PPE	Scotiabank	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	23.922	8.782	-	3.863
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	58.110	21.334	-	9.384
PPE	Ing Bank N.V.	Semestral	2022 a 2025	Sofr 06M + 1%a.a.	101.058	38.642	-	16.320
PPE	China Construction Bank	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	76.586	28.117	-	12.368
PPE	Cargill Incorporated	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	925.332	339.715	-	149.433
PPE	Banco do Brasil S.A.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	81.735	30.007	-	13.199
PPE	Zion Capital S/A	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	12.385	4.547	-	2.000
PPE	BPS Capital	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	155.567	57.113	-	25.123
CCB	Wilbury NPL Fundo de Invest.	Semestral	2022 a 2028	Sofr 06M + 4%a.a.	134.430	49.352	-	21.709
				<b>Valor presente dos fluxos de caixa contratuais</b>	-	51.321	-	8.288
				<b>Total contratados em moeda USD</b>	<b>2.103.076</b>	<b>804.873</b>	<b>-</b>	<b>339.628</b>
				Custos de transação - reperfilamento	(21.496)	-	-	-
				<b>Total</b>	<b>3.376.130</b>	<b>1.486.637</b>	<b>354.311</b>	<b>339.628</b>

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total das dívidas renegociadas encontra-se integralmente classificado no passivo circulante, em função do não cumprimento de cláusulas de *covenants*. O montante reclassificado para o passivo circulante totalizou R\$1.966.619.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor contábil de R\$637.990 (R\$696.713 em 31 de dezembro de 2023, conforme Nota 12.3.

Covenants:

Em relação aos *covenants* financeiros, conforme o Quarto termo aditivo ao Acordo Global de reperfilamento das dívidas, a Companhia está obrigada ao cumprimento dos seguintes índices:

a) Endividamento/Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado:

- igual ou inferior a 26 x em 31 de dezembro de 2021;
- igual ou inferior a 12,3 x em 31 de dezembro de 2022;
- igual ou inferior a 9,1 x em 31 de dezembro de 2023;
- igual ou inferior a 6,9 x em 31 de dezembro de 2024;
- igual ou inferior a 5,8 x em 31 de dezembro de 2025;
- igual ou inferior a 5,5 x em 31 de dezembro de 2026;
- igual ou inferior a 5,2 x em 31 de dezembro de 2027; e
- igual ou inferior a 4,9 x em 31 de dezembro de 2028.

b) Liquidez Corrente

A Companhia deve apresentar também o índice de liquidez corrente consubstanciado no quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante igual ou superior a 1,0x (uma vez), conforme medido a partir de 2022, em 31 de dezembro de cada ano, com base nas Demonstrações Financeiras divulgadas pela Companhia após a primeira publicação das Demonstrações Financeiras revisadas após a celebração deste Acordo.

c) Limite mínimo de estoque e recebíveis

Entregar aos Credores correspondência demonstrando o cálculo detalhado do Limite Mínimo de Estoques e Recebíveis para tal período fiscal correspondente com base nas informações financeiras divulgadas trimestralmente pela Companhia, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (i.e., Informações Financeiras Trimestrais – ITRs para os trimestres encerrados em março, junho e setembro, e informações financeiras anuais para o trimestre encerrado em dezembro);

A Companhia não cumpriu os *covenants* de Endividamento / Financiamento Bruto / pelo EBITDA Ajustado e o de Liquidez Corrente nos últimos períodos, e está em negociações com os credores do Acordo Global com o intuito de obter novas condições mais favoráveis para o equacionamento de seu passivo.

## 17. Salários e encargos sociais

	Controladora/Consolidado			
	2024		2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Provisões de férias	23.446	-	20.568	-
Participação nos lucros e resultados	23.315	-	21.772	-
Previdência e Contribuição social	(b) 6.381	3.227	4.617	1.811
Fundo de garantia por tempo de serviço	(a) 10.861	8.787	6.720	6.220
Previdência privada	77	-	352	-
Recuperação Judicial	8.978	-	7.339	-
Outros	4.074	-	2.142	-
	<b>77.132</b>	<b>12.014</b>	63.510	8.031

- a) A Companhia firmou parcelamento com a Caixa Econômica Federal para pagamento dos débitos referente ao Fundo de garantia por tempo de serviço referente aos meses de janeiro de 2023 a fevereiro de 2024 e está em processo de parcelamento do período de março a dezembro de 2024. O prazo do parcelamento para empresas em recuperação judicial é de 100 meses.
- b) A Companhia assinou termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial - Senai e com o Serviço Social da Indústria - Sesi para pagamento dos débitos referente ao Termo de Cooperação, com prazo de parcelamento em 60 meses.

## 18. Impostos e contribuições a recolher

	Notas	Controladora			
		2024		2023	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		743	-	-	-
Programa de integração social - PIS		162	-	-	-
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(a)	15.078	21.036	16.972	8.582
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		26.053	-	12.806	-
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		508	-	1.503	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.067	-	2.177	-
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		1.380	-	6.856	-
Imposto sobre serviços - ISS		4.188	-	2.200	-
Impostos retidos - parcelados	(b)	13.977	82.713	4.665	38.097
Provisão de Impostos Drawback suspensão	(c)	473.481	-	-	396.508
Outros		160	-	187	-
		<b>537.797</b>	<b>103.749</b>	47.366	443.187

	Notas	2024		Consolidado 2023	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Contrib. para financ. da seguridade social - COFINS		744	-	6	-
Programa de integração social - PIS		162	-	1	-
Imposto circulação de mercadorias e serviços-ICMS	(a)	15.078	21.036	16.972	8.582
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		26.053	-	12.806	-
Imposto sobre produtos industrializados - IPI		508	-	1.503	-
Imposto de renda retido na fonte - IRRF		2.067	-	2.177	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	26.2	-	-	222	-
PIS, COFINS, IR e CS retidos sobre serviços		1.380	-	6.856	-
Imposto sobre serviços - ISS		4.188	-	2.200	-
Impostos retidos - parcelados	(b)	13.977	82.713	4.665	38.097
Provisão de Impostos Drawback suspensão	(c)	473.481	-	-	396.508
Outros		160	-	205	-
		<b>537.798</b>	<b>103.749</b>	<b>47.613</b>	<b>443.187</b>

- a) A Companhia requereu junto as Secretarias Estaduais da Fazenda de SP e BA, o parcelamento de débitos referente a Imposto de circularização de mercadorias, com prazo de 24 e 60 meses.
- b) A Companhia requereu junto a Receita Federal o parcelamento de débitos tributários nas modalidades simplificado e empresas em recuperação judicial bem como parcelamento de débitos tributários junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.
- c) A Companhia possui atos concessórios do regime de Drawback, vencidos, que contempla a suspensão dos Imposto de Importação, PIS e COFINS. Diante do atual cenário, a Companhia não cumpriu as exportações e vai efetuar a nacionalização das mercadorias e pagamento de todos os tributos suspensos com os devidos acréscimos legais de multa e juros. O valor total do passivo reconhecido no balanço patrimonial é de R\$473.481, (líquido dos créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R\$707.461) é composto da seguinte forma: i) multa no total de R\$ 149.621; ii) Imposto de importação no valor de R\$40.647 e iii) juros Selic no valor de R\$283.213. Os juros Selic reconhecido no exercício foi de R\$77.169.

## 19. Provisão para demandas judiciais

### 19.1. Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, movidos contra a Companhia e suas controladas, foram constituídas provisões no passivo, para riscos com perdas consideradas prováveis na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente.

Seguem saldos da provisão das contingências, com a demonstração do saldo líquido dos depósitos judiciais pela causa relacionada. Os depósitos judiciais são para garantias e serão levantados pelas partes contrárias no encerramento do processo, em caso de decisão desfavorável, definitiva.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

		2024			Controladora/Consolidado 2023		
		Total de Contingência	Depósitos Judiciais	Provisões	Total de Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões
Trabalhistas	(a)	90.891	724	91.615	41.526	(378)	41.148
Trabalhistas Recuperação Judicial	(a)	110.371	(7.135)	103.236	192.887	(6.181)	186.706
Cíveis	(b)	102.570	-	102.570	19.132	-	19.132
Cíveis Recuperação Judicial	(b)	11.455	-	11.455	10.892	-	10.892
Tributárias	(c)	601.784	(1.649)	600.135	566.771	(1.798)	564.973
Previdenciário		36.643	-	36.643	34.826	-	34.826
		<b>953.714</b>	<b>(8.060)</b>	<b>945.654</b>	<b>866.034</b>	<b>(8.357)</b>	<b>857.677</b>

a) As contingências trabalhistas tratam de processos em trâmite na Justiça do Trabalho que, individualmente, não são relevantes para os negócios da Companhia. Do valor total de contingências trabalhista, R\$103.236 faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe I - Créditos Trabalhista.

b) A provisão para ações cíveis consiste, principalmente, em ações indenizatórias e relacionadas a discussões sobre divergências contratuais. A variação verificada no exercício de 2024 decorreu principalmente do provisionamento referente ao valor pleiteado na Ação de Procedimento Ordinário nº 0003221-59.2000.805.0039, em trâmite perante a 1ª Vara de Feitos de Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Camaçari/BA. Do valor total de contingências cíveis, R\$11.455 faz parte da lista de credores da recuperação judicial, incluídos na Classe III - Créditos Quirografário.

c) A provisão para os processos de natureza tributária consiste, principalmente, em processos que tratam da cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF – no bojo dos Recursos Extraordinários n.ºs 955227 e 949297, afetados sob o rito de repercussão geral, os quais tratam da cessação dos efeitos da coisa julgada em matéria tributária quando proferida decisão posterior pela Suprema Corte em controle difuso ou concentrado.

A movimentação das provisões está demonstrada conforme a seguir:

	Controladora/Consolidado				
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Previdenciário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	182.245	535.509	16.019	32.613	766.386
Provisão / Reversão	27.268	316	11.899	-	39.483
Atualização Monetária	17.195	29.277	2.128	2.213	50.813
Depósitos Judiciais	459	(129)	-	-	330
Baixas	687	-	(22)	-	665
Saldo em 31 de dezembro de 2023	227.854	564.973	30.024	34.826	857.677
Provisão / Reversão	18.600	10.482	69.947	-	99.029
Atualização Monetária	14.425	24.650	14.694	1.817	55.586
Depósitos Judiciais	147	149	-	-	296
Baixas	(66.175)	(119)	(640)	-	(66.934)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<b>194.851</b>	<b>600.135</b>	<b>114.025</b>	<b>36.643</b>	<b>945.654</b>

## 19.2. Riscos avaliados como possíveis

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram registradas provisões.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Trabalhistas	4.531	9.834	4.531	9.834
Tributárias	737.486	715.272	737.856	716.090
Previdenciárias	10.775	10.637	10.775	10.637
Cíveis	637.906	647.022	637.906	647.022
	<b>1.390.698</b>	<b>1.382.765</b>	<b>1.391.068</b>	<b>1.383.583</b>

Os processos de maior relevância, cujo risco é avaliado como possível, de natureza cível e tributária está comentado abaixo:

#### Multa isolada IPI e IRPJ

A Secretaria da Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de multa isolada por suposta compensação indevida de débitos de IPI e IRPJ no período de 2004 a 2006, efetuada pela incorporada Caraíba Metais S.A., por ter sido realizada antes do trânsito em julgado da ação judicial que discutia os créditos utilizados na compensação.

Em 24 de agosto de 2010, a incorporada Caraíba Metais S.A. obteve êxito parcial no julgamento do Recurso Voluntário apresentado, tendo sido reconhecido, por unanimidade, a inexistência de fundamento legal para imposição de multa isolada lançada até a edição da Lei nº 11.196/2005.

A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a cobrança é indevida conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.164.452/MG, a qual foi submetido à sistemática de recursos repetitivos, no sentido de que a exigência do trânsito em julgado da decisão judicial é requisito que somente pode ser exigido para ações ajuizadas após a entrada em vigor da Lei Complementar nº 104/2001, que ocorreu em 11 de janeiro de 2001, ao passo que a ação judicial que fundamentou o crédito utilizado para compensação foi distribuída em 17 de agosto de 1998.

Foi proferida sentença, em 24/08/2021, de total procedência nos autos dos Embargos à Execução Fiscal, reconhecendo a ilegitimidade da autuação nos termos acima mencionado e, atualmente, aguarda o julgamento do recurso de Apelação da União.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima um valor atualizado de R\$133.607 (R\$127.908 em 31 de dezembro de 2023), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

#### Ação de Execução – Banco Santos S/A

A ação tramita junto a 12ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sendo autuada sob o n.º 0204579-57.2007.8.26.0100 e objetiva a cobrança de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitida pela Mamoré, Mineração e Metalurgia Ltda. tendo como avalista a Companhia.

Em 10 de agosto de 2009 foram opostos Embargos à Execução pelas executadas (processo 0184280-88.2009.8.26.0100), e diante da conexão existente com a Ação Declaratória n.º 0012921-12.2005.8.26.0100, movida pela Mamoré, Mineração e Metalurgia Ltda. foi determinada em 19 de dezembro de 2012 a suspensão dos embargos à execução.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima um valor atualizado de R\$120.792 (R\$110.346 em 31 de dezembro de 2023), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

#### Ação de Indenização - Bafertil - Bahia Fertilizantes Ltda.

A ação tramita junto a 1ª Vara Cível de Camaçari/BA, sendo autuada sob o n.º 0000900-17.2001.8.05.0039 e objetiva a condenação da Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes e da Companhia ao pagamento de indenização à Bafertil, por danos materiais e morais, supostamente causados em razão da recusa da Cibrafertil em fornecer matéria prima à autora, apesar dos pagamentos à vista e antecipados pelo produto.

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

Em 09 de dezembro de 2002, foi realizada audiência de conciliação em que (i) foi acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba; e (ii) foi deferida a realização de prova pericial. No entanto, em face da decisão que acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba, foi interposto Agravo de Instrumento, tendo sido deferido seu efeito suspensivo.

Em 08 de abril de 2003, a perita apresentou laudo pericial, sendo que em 09 de maio de 2006, foi realizada nova audiência. Em 10 de outubro de 2024 foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos formulados condenando ainda a autora ao pagamento de custas processuais e honorários de sucumbência fixados em 5% sobre o valor da causa.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estima um valor atualizado de R\$263.982 (R\$242.664 em 31 de dezembro de 2023), que por ser estimado pelos assessores jurídicos como possível não é provisionado.

## 20. Outros passivos circulantes

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Provisão despesas meio-ambiente	(a)	171	239	171	239
Créditos de clientes	(b)	1.032	3.441	1.059	3.468
Passivos relacionados a contratos de clientes	(c)	72.724	64.226	72.840	64.341
Serviços e honorários advocatícios	(d)	13.445	7.601	13.445	7.601
Partes Relacionadas	11.2	12.106	15.437	-	-
Provisões diversas	(e)	16.330	10.567	16.337	10.572
Comissões sobre vendas		6.511	6.203	6.668	6.353
Cargil	(f)	27.119	-	27.119	-
Outros		1.320	1.874	1.319	1.874
<b>Passivo circulante</b>		<b>150.758</b>	<b>109.588</b>	<b>138.958</b>	<b>94.448</b>
<b>Passivos relacionados a contratos de clientes</b>		<b>72.724</b>	<b>64.226</b>	<b>72.840</b>	<b>64.341</b>
<b>Outros passivos circulantes</b>		<b>51.817</b>	<b>29.925</b>	<b>52.007</b>	<b>30.107</b>
<b>Outros passivos não circulantes</b>		<b>26.217</b>	<b>15.437</b>	<b>14.111</b>	<b>-</b>
		<b>150.758</b>	<b>109.588</b>	<b>138.958</b>	<b>94.448</b>

- Refere-se aos gastos previstos para cumprimento das obrigações assumidas no TAC-Termo de Ajuste de Conduta, assinado em 04 de dezembro de 2015, entre o Ministério Público da Bahia, Paranapanema e outros, cujo objeto é a adoção de medidas mitigadoras, reparatórias e compensatórias dos impactos ambientais na área de influência de Ilha de Maré.
- Crédito de clientes refere-se a ajustes entre os parâmetros de preços, volumes e/ou teores metálicos cobrados no faturamento e os parâmetros finais da transação.
- Valor referente a adiantamentos efetuados por clientes para futura entrega de material.
- Refere-se a provisão de honorários advocatícios sobre êxito em processos distribuídos contra a Companhia.
- Refere-se a provisão de despesas diversas ocorridos no período, aguardando documentação legal para liquidar a obrigação.
- Refere-se as debêntures da 2ª série, conforme nota explicativa 21.b, que venceriam em 01 de setembro de 2023. Porém em virtude do ingresso da Companhia em Recuperação Judicial em 30 de novembro de 2022, houve o vencimento antecipado das debêntures da 2ª Série, de modo que, passaram a compor a lista de créditos da Classe III do Quadro de Credores da Recuperação Judicial, sujeitos aos termos e condições de pagamento que serão aprovados

no Plano de Recuperação Judicial, passando a ser classificada como outros passivos circulantes.

## 21. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$2.172.388.520,17 (dois bilhões, cento e setenta e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais e dezessete centavos), dividido por 69.562.472 (sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e setenta e dois) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, e em 31 de dezembro de 2023 era de R\$2.069.566.247,56 (dois bilhões, sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) dividido em 43.403.849 (quarenta e três milhões, quatrocentos e três mil, oitocentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Aumento do capital ocorreu em três datas quando o Conselho de Administração da Companhia aprovou a homologação do Aumento de Capital da Companhia.

- Em 22 de fevereiro de 2024, por conta do encerramento do 1º período de conversão das ações, e com a rerratificação em 23 de setembro de 2024 para corrigir erro referente ao número total de ações emitidas e homologadas pela Companhia, na 1ª janela foi subscrito o montante de R\$58.861.539,71 (cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta e um mil, quinhentos e trinta e nove reais e setenta e um centavos), mediante a emissão de 12.418.101 (doze milhões, quatrocentos e dezoito mil e cento e uma) novas ações ordinárias.
- Em 21 de junho de 2024, por conta do encerramento do 2º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 26.063.162,34 (vinte e seis milhões, sessenta e três mil, cento e sessenta e dois reais e trinta e quatro centavos), mediante a emissão de 6.435.369 (seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, trezentas e sessenta e nove) novas ações ordinárias.
- Em 18 de novembro de 2024, por conta do encerramento do 3º período de conversão das ações em que foi subscrito no montante de R\$ 17.897.570,56 (dezessete milhões, oitocentos e noventa e sete mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e seis centavos), mediante a emissão de 7.305.153 (sete milhões, trezentos e cinco mil, cento e cinquenta e três) novas ações ordinárias.

<b>Total</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Capital Social</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>43.403.849</b>	<b>2.069.566.247,56</b>
<b>1ª Janela de Conversão</b>		
Subscrição de Credores	12.282.475	58.218.672,47
Subscrição de Acionistas	135.626	642.867,24
<b>2ª Janela de Conversão</b>		
Subscrição de Credores	6.302.717	25.525.921,74
Subscrição de Acionistas	132.652	537.240,60
<b>3ª Janela de Conversão</b>		
Subscrição de Credores	7.248.115	17.757.827,51
Subscrição de Acionistas	57.038	139.743,05
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>69.562.472</b>	<b>2.172.388.520,17</b>

Segue abaixo a composição acionária do capital da Companhia.

	%	2024		%	2023
Neofase Investimentos Ltda	17,345	<b>12.065.486</b>	Caixa Econômica Federal	16,179	<b>7.022.106</b>
Caixa Econômica Federal	10,095	<b>7.022.106</b>	Mineração Buritirama S.A.	8,637	<b>3.749.000</b>
Serenity BR B Fudos de Investimentos	6,159	<b>4.284.300</b>	Cargill Financial Services I	7,923	<b>3.438.867</b>
Mineração Buritirama S.A.	5,389	<b>3.749.000</b>	EWZ Investments LLC - Sc	6,497	<b>2.820.000</b>
Hartree Partners LP -Citibank DTVM	4,519	<b>3.143.430</b>	Glencore International Inve	5,734	<b>2.488.687</b>
Silvio Tini de Araujo	4,427	<b>3.079.500</b>	Bonsucex Holding S.A.	5,707	<b>2.477.074</b>
Luiz Barsi Filho	3,925	<b>2.730.000</b>	Luiz Barsi Filho	5,373	<b>2.332.000</b>
Ações em Tesouraria	0,002	<b>1.441</b>	Ações em Tesouraria	0,003	<b>1.441</b>
Mercado	48,140	<b>33.487.209</b>	Mercado	43,947	<b>19.074.674</b>
<b>Quantidade de Ações</b>		<b>69.562.472</b>	<b>Quantidade de Ações</b>		<b>43.403.849</b>

O principal acionista em 31 de dezembro de 2024, YAP Investimentos Ltda (anteriormente Neofase Investimentos Ltda), atua como comissária mercantil no âmbito do processo de recuperação judicial da Companhia, e representa os credores que converteram seus créditos em ações da Companhia.

Conforme fato relevante divulgado ao mercado em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações e dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 5º, parágrafo 4º do seu Estatuto Social, e do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

O Aumento de Capital será de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) ("Valor Máximo"), passando o capital social da Companhia a ser de R\$3.172.388.520,17 (três bilhões, cento e setenta e dois milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais e dezessete centavos) caso homologado em seu Valor Máximo. Será admitida a homologação parcial do aumento de capital caso o valor subscrito seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Mínimo"), de forma que, ao final do processo, havendo a homologação parcial do Aumento de Capital, o capital social da Companhia passará necessariamente a ser igual ou superior a R\$ 2.173.388.520,17 (dois bilhões, cento e setenta e três milhões, trezentos e oitenta e oito mil, quinhentos e vinte reais e dezessete centavos).

O Aumento de Capital foi aprovado para dar cumprimento à 4ª Janela de Conversão, conforme estabelecido na cláusula 11 do Plano de recuperação judicial, a qual possibilita que os Credores convertam os Créditos em participação societária da Companhia, observado, em qualquer caso, o direito de preferência dos acionistas na subscrição de novas ações, nos termos do artigo 171 da Lei das S.A. O Aumento de Capital, dessa forma, viabilizará o cumprimento do Plano e terá por efeito a redução do endividamento e o reforço da estrutura de capital da Companhia, fortalecendo sua situação econômico-financeira com vistas à superação do atual momento de crise.

#### b) Debêntures conversíveis em ações

O Conselho de Administração aprovou, em 29 de agosto de 2017, o lançamento da oferta pública de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia. O lançamento da oferta pública com esforços restritos de colocação de debêntures, mandatoriamente conversíveis em ações da Companhia, em duas séries, da espécie quirografária, sem garantia adicional, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, pelo Banco Modal S.A. Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Agente Escriturador Banco Bradesco S.A. Valor unitário R\$1,00.

A subscrição foi no montante de R\$360.004 de debêntures conversíveis em 207.694.550 de ações. Em 22 de setembro de 2017, os investidores converteram as dívidas em debêntures. Foram emitidas 334.216.991 debêntures da 1ª Série e 25.786.827 debêntures da 2ª Série. As debêntures da 1ª Série venceram em 01 de setembro de 2019. As debêntures da 2ª série, que venceriam em

01 de setembro de 2021, tiveram em 20 de agosto de 2021 seu prazo de vencimento prorrogado para 01 de setembro de 2023.

As debêntures da 1ª Série foram integralmente convertidas em ações, conforme prazo de vencimento, sendo R\$249.402 em 2017, R\$5.956 em 2018 e R\$78.858 em 2019. Em virtude do ingresso da Companhia Em Recuperação Judicial em 30 de novembro de 2022, houve o vencimento antecipado das debêntures da 2ª Série, de modo que, passaram a compor a lista de créditos da Classe III do Quadro de Credores da Recuperação Judicial, sujeitos aos termos e condições de pagamento que serão aprovados no Plano de Recuperação Judicial, passando a ser classificada como outros passivos circulantes.

c) Capital social autorizado

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o capital social da Paranapanema independentemente de decisão de assembleia, mediante deliberação do Conselho de Administração, no limite de até R\$3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões de reais), cabendo também ao Conselho de Administração a fixação das condições de emissão e colocação dos títulos emitidos, entre as hipóteses permitidas por lei.

d) Direitos das ações

Aos titulares de ações serão atribuídos, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos da legislação societária brasileira, devendo ser pagos no prazo máximo de 60 dias da data em que forem declarados pela Assembleia Geral. Detém o direito de voto todas as ações ordinárias que compõem a titularidade do capital social, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado.

Conforme Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os detentores de ações ordinárias da Companhia têm direito a vender suas ações pelo mesmo preço que as ações do bloco de controle tenham sido negociadas (*tag along* de 100%).

e) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva a 20% do valor do capital social.

f) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha 1.441 ações em tesouraria. O valor de mercado da totalidade das ações em tesouraria calculado com base na última cotação em bolsa era de R\$1 e R\$6 respectivamente.

g) Reserva de incentivos fiscais

A Paranapanema é beneficiária até 2027, nos termos do Regulamento dos Incentivos Fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, conforme instituído pela Portaria Ministro de Estado da Integração Nacional – MIN N° 283 de 04/07/2013 (“Regulamento”), da redução fixa de 75% do imposto sobre a renda e adicionais calculados com base no lucro da exploração. O Lucro da exploração é calculado com base no lucro líquido apurado no período, excluindo dos benefícios fiscais (i) os resultados financeiros e (ii) os ganhos de capital.

De acordo com o artigo 11 do Regulamento, “o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude dos benefícios fiscais de que trata este Regulamento não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá reserva de incentivos fiscais, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social”. Assim, se constitui uma obrigação da

Companhia destinar à Reserva de Incentivo Fiscal o valor resultante do benefício fiscal (valor do imposto que deixar de ser pago), o qual, por definição, não transita pelo resultado, por não se referir à entrega de bens ou serviços pela Companhia.

h) Ajustes de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui:

- Ajustes acumulados de conversão, que incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das Demonstrações Financeiras das empresas Controladas com operações no exterior.
- O saldo da conta Reserva do Custo Atribuído refere-se a valores constituídos antes da vigência da Lei nº 11.638/07, e será mantido até sua efetiva realização. A realização da reserva é refletida na conta de lucros ou prejuízos acumulados. O mesmo tratamento é dado com referência à reversão, do imposto de renda diferido que foi registrado por ocasião da contabilização do custo atribuído e pela contribuição social diferida reconhecida no atual período em virtude do posicionamento firmado pelo STF no bojo dos Recursos Extraordinários 955227 e 949297.

Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	Reserva de reavaliação	Var. camb. Invest. exterior	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	134.658	877	135.535
Movimentação	(21.555)	(116)	(21.671)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	113.103	761	113.864
Movimentação	(4.414)	(761)	(5.175)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>108.689</b>	<b>-</b>	<b>108.689</b>

i) Valor de mercado das ações da Companhia.

O valor de mercado das ações da Companhia, de acordo com a última cotação média das ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, correspondia em 31 de dezembro de 2024 a R\$70.258 (R\$190.977 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2024, um patrimônio líquido negativo, passivo a descoberto, de R\$6.285.846 (R\$4.223.510 negativo em 31 de dezembro de 2023), sendo o valor patrimonial das ações de R\$-90,36 (R\$-97,31 em 31 de dezembro de 2023).

j) Lucro (Prejuízo) por ação

O cálculo básico do lucro (prejuízo) por ação é feito por meio da divisão do (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Paranapanema., pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do (prejuízo), atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações ordinárias, utilizados no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação:

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

	2024	2023
<b>Prejuízo básico por ação - ordinária</b>		
Prejuízo do exercício	(2.138.610)	(1.389.934)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo básico por ação (*)	52.907.148	43.402.408
Prejuízo básico por ação - ordinária	(40,42195)	(32,02435)
<b>Prejuízo diluído por ação - ordinária</b>		
Prejuízo do exercício	(2.138.610)	(1.389.934)
Média ponderada da quantidade de ações para o prejuízo diluído por ação (*)	52.907.148	43.402.408
Prejuízo diluído por ação - ordinária	(40,42195)	(32,02435)

(\*) A média ponderada da quantidade de ações considera o efeito da média ponderada das mudanças nas ações, exceto em tesouraria, durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

k) Destinação do Lucro

O estatuto social prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal e reserva de contingências, conforme preconizado pela legislação societária.

## 22. Receita líquida de vendas

a) Abertura da receita líquida

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>578.280</b>	1.235.485
Mercado interno	<b>554.382</b>	682.504
Mercado externo	<b>23.898</b>	552.981
<b>Impostos e Deduções de Vendas</b>	<b>(118.354)</b>	(262.665)
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	<b>(9.400)</b>	(3.418)
Imposto circulação de mercad. e serviços-ICMS	<b>(55.265)</b>	(57.658)
Programa de integração social - PIS	<b>(7.620)</b>	(7.995)
Contrib. financ. da seguridade social - COFINS	<b>(35.097)</b>	(36.828)
Demais deduções sobre vendas	<b>(10.972)</b>	(156.766)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>459.926</b>	972.820
<b>Receita Líquida MI</b>	<b>441.318</b>	551.833
<b>Receita Líquida ME</b>	<b>18.608</b>	420.987
	<b>459.926</b>	972.820

b) Informações geográficas – receita bruta de clientes no exterior

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
América	<b>20.424</b>	22.751
Europa	<b>2.772</b>	518.122
Ásia	<b>702</b>	12.108
	<b>23.898</b>	552.981

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

As exportações realizadas para Europa e Ásia estão basicamente representadas pelas vendas às empresas na modalidade *trading companies*, onde o principal destino foi a China.

### 23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo do Metal	(241.541)	(819.510)	(241.541)	(819.510)
Pessoal	(168.154)	(206.517)	(168.378)	(206.721)
Depreciação	(86.628)	(98.191)	(86.628)	(98.191)
Amortização direito de uso de ativo	(7.103)	(12.216)	(7.103)	(12.216)
Energia Eletr/Água/Gas/Comb. e Lubrif	(51.075)	(115.825)	(51.075)	(115.825)
Serviços de terceiros	(53.643)	(76.122)	(53.725)	(76.326)
Manutenção	(20.440)	(23.071)	(20.440)	(23.071)
Estoque de Insumos utilizados/absorvidos	(17.153)	(6.947)	(17.153)	(6.947)
Aluguéis	(4.701)	(5.726)	(4.701)	(5.726)
Assuntos instit. e legais	(26.401)	(22.203)	(26.413)	(22.214)
Informática/Telecomunicação	(6.025)	(5.421)	(6.025)	(5.421)
Outras despesas	(9.050)	(10.035)	(9.050)	(10.033)
Despesas de viagem	(369)	(403)	(369)	(403)
Vendas e marketing	(386)	(368)	(393)	(374)
Participação nos resultados	(5.189)	(13.439)	(5.189)	(13.439)
Honorários da administração	(a) (7.547)	(6.741)	(7.547)	(6.741)
	<b>(705.405)</b>	<b>(1.422.735)</b>	<b>(705.730)</b>	<b>(1.423.158)</b>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>	<b>(623.528)</b>	<b>(1.330.705)</b>	<b>(623.528)</b>	<b>(1.330.705)</b>
<b>Despesas comerciais</b>	<b>(9.683)</b>	<b>(10.259)</b>	<b>(9.693)</b>	<b>(10.263)</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>	<b>(72.194)</b>	<b>(81.771)</b>	<b>(72.509)</b>	<b>(82.190)</b>
	<b>(705.405)</b>	<b>(1.422.735)</b>	<b>(705.730)</b>	<b>(1.423.158)</b>

A Companhia apurou ociosidade no montante de R\$200.900 no exercício de 2024, (R\$295.237 em 2023) e está classificada dentro da linha de Custo dos produtos vendidos.

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do resultado por função e, dessa forma, deve divulgar em nota explicativa as despesas por natureza. Nesse caso os custos de ociosidade não são identificados, uma vez que são apresentados dentro do valor de sua correspondente natureza.

#### a) Honorários da Administração e do Conselho Fiscal

A Companhia considerou como “Pessoal Chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e IAS 24/CPC 05 (R1), os integrantes da sua Diretoria Estatutária, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A Companhia não possui acionista controlador e não há Acordo de Acionistas.

Nota	2024				2023			
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Salário ou pró-labore	2.625	3.011	481	6.117	2.289	2.691	449	5.429
Benefícios	207	-	-	207	225	-	-	225
Encargos sociais	525	602	96	1.223	459	538	90	1.087
<b>Remuneração fixa</b>	<b>3.357</b>	<b>3.613</b>	<b>577</b>	<b>7.547</b>	<b>2.973</b>	<b>3.229</b>	<b>539</b>	<b>6.741</b>
	<b>3.357</b>	<b>3.613</b>	<b>577</b>	<b>7.547</b>	<b>2.973</b>	<b>3.229</b>	<b>539</b>	<b>6.741</b>
Bônus (ICP)	32 1.102	-	-	1.102	3.828	-	-	3.828
Encargos sociais	220	-	-	220	766	-	-	766
<b>Remuneração Variável</b>	<b>32 1.322</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.322</b>	<b>4.594</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.594</b>
<b>Valor Total da remuneração</b>	<b>4.679</b>	<b>3.613</b>	<b>577</b>	<b>8.869</b>	<b>7.567</b>	<b>3.229</b>	<b>539</b>	<b>11.335</b>

Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração não são partes em contratos que prevejam benefícios corporativos adicionais, tais como benefício pós-emprego ou quaisquer outros benefícios de longo prazo, nem remuneração com base em ações.

## 24. Outras receitas (despesas)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Recuperações de impostos		6.446	1.578	6.446	1.578
Receita de venda de energia		355	1.354	355	1.354
Reversão de outras perdas estimadas		-	1	-	1
Recuperações diversas		765	814	765	814
Vendas diversas		205	1.272	205	1.272
Recebimento multa contratual		854	-	854	-
Locação de imóveis e equiptos.		164	191	164	191
Lucros e Dividendos		83	-	83	-
Vendas de sucatas		294	161	294	161
Outras receitas		984	1.846	985	1.849
<b>Total de outras receitas</b>		<b>10.150</b>	<b>7.217</b>	<b>10.151</b>	<b>7.220</b>
Provisão para demandas judiciais	19	(99.029)	(39.483)	(99.029)	(39.483)
Indenizações trabalhistas		(1.990)	(4.329)	(1.990)	(4.329)
PIS e COFINS sobre outras receitas		(409)	(1.054)	(409)	(1.055)
Despesas negociação de energia		(3.032)	(6.489)	(3.032)	(6.489)
Provisão de Honorários de Êxito		(7.163)	(2.295)	(7.163)	(2.295)
Custo ativo imobilizado baixado		(2.062)	(4)	(2.062)	(4)
Multas por auto de infração/Espontâneas		(14.438)	(18.135)	(14.466)	(18.185)
Multas por atrasos parcela dívida		(69.739)	(11.820)	(69.739)	(11.820)
Multas Drawback suspensão	18.c	-	(149.818)	-	(149.818)
Imposto de importação Drawback suspensão	18.c	-	(40.647)	-	(40.647)
Custo das vendas diversas		(8)	(151)	(8)	(151)
Reversão de provisão perda ativo imobilizado	12	1.961	(5.129)	1.961	(5.129)
Provisão para ajustes nos estoques		-	(27.374)	-	(27.374)
Provisão outras perdas		(46)	(1.049)	(46)	(1.049)
Provisão perda ICMS base calculo PIS/COFINS	08.a	(3.773)	(3.500)	(3.773)	(3.500)
Baixa credito Brasilprev	09.1.b	(1.352)	-	(1.352)	-
Outras despesas		(2.556)	(2.758)	(2.598)	(2.836)
<b>Total de outras despesas</b>		<b>(203.636)</b>	<b>(314.035)</b>	<b>(203.706)</b>	<b>(314.164)</b>
<b>Total de outras, líquidas</b>		<b>(193.486)</b>	<b>(306.818)</b>	<b>(193.555)</b>	<b>(306.944)</b>

## 25. Receitas (despesas) financeiras

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Varição cambial	a)	(646.311)	(92.723)	(646.311)	(92.723)
Instrumentos financeiros derivativos		-	(10.648)	-	(10.648)
Despesa de juros		(1.030.865)	(756.254)	(1.033.637)	(756.281)
Ajuste a valor presente		(643)	(743)	(643)	(743)
Despesas bancárias / IOF		(4.519)	(5.272)	(4.526)	(5.283)
Varição monetária passiva	b)	(72.428)	(53.596)	(72.428)	(53.597)
Outras despesas financeiras		(15.204)	(15.841)	(15.268)	(15.927)
<b>Total das despesas financeiras</b>		<b>(1.769.970)</b>	<b>(935.077)</b>	<b>(1.772.813)</b>	<b>(935.202)</b>
Varição cambial	a)	25.276	268.327	25.276	268.327
Receita de juros		20.639	42.068	22.004	43.883
Varição monetária ativa	b)	11.266	2.802	11.381	2.802
Outras receitas financeiras		287	154	287	156
<b>Total das receitas financeiras</b>		<b>57.468</b>	<b>313.351</b>	<b>58.948</b>	<b>315.168</b>
<b>Total resultado financeiro</b>		<b>(1.712.502)</b>	<b>(621.726)</b>	<b>(1.713.865)</b>	<b>(620.034)</b>

a) **Varição Cambial:** Refere-se à atualização dos ativos e passivos expostos em moeda estrangeira, principalmente em US\$, cuja apreciação frente ao Real durante o período gerou variação cambial considerável, tanto na ponta ativa quanto na passiva.

- b) Refere-se a atualização monetária de fornecedores contratados no mercado interno, indexada pela variação do dólar americano.

## 26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

### 26.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Nota	2024			2023		
		Controladora	Controlada CDPC	Consolidado	Controladora	Controlada CDPC	Consolidado
Aliquota		34%	34%		34%	34%	
Créditos sobre prejuízos fiscais		7.262.990	33.735	7.296.725	5.416.766	31.840	5.448.606
<b>IR s/ Prejuízo Fiscal</b>		<b>2.469.417</b>	<b>11.470</b>	<b>2.480.887</b>	<b>1.841.700</b>	<b>10.826</b>	<b>1.852.526</b>
Provisão de Baixa de créditos sobre prejuízos fiscais		(2.469.417)	(11.470)	(2.480.887)	(1.841.700)	(10.273)	(1.851.973)
<b>IR s/ Prejuízo Fiscal</b>	a)	-	-	-	-	553	553
Variações cambiais líquidas		484.667	-	484.667	(88.734)	-	(88.734)
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa		52.605	1.007	53.612	55.863	1.111	56.974
Provisão para demandas judiciais		953.713	(50.506)	903.207	1.262.541	(50.506)	1.212.035
Perdas estimadas (reversão) valor recuperável dos estoques		36.897	-	36.897	5.391	-	5.391
Perdas estimadas Impostos a Recuperar		437.641	43.816	481.457	436.318	43.816	480.134
Perdas estimadas diversas		544	-	544	544	-	544
Reversões instrumentos financeiros e outros		49.956	165	50.121	35.902	156	36.058
Provisão ajuste valor presente		(1.361)	-	(1.361)	(1.811)	-	(1.811)
<b>Total diferenças temporárias</b>		<b>2.014.662</b>	<b>(5.518)</b>	<b>2.009.144</b>	<b>1.706.014</b>	<b>(5.423)</b>	<b>1.700.591</b>
<b>IR s/ diferenças temporárias</b>		<b>684.985</b>	<b>(1.876)</b>	<b>683.109</b>	<b>580.045</b>	<b>(1.844)</b>	<b>578.201</b>
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	b)	(684.985)	562	(684.423)	(580.045)	553	(580.045)
<b>IR s/ diferenças temporárias</b>	b)	-	<b>(1.314)</b>	<b>(1.314)</b>	-	<b>(1.291)</b>	<b>(1.844)</b>
IR e CS diferidos		-	<b>(1.314)</b>	<b>(1.314)</b>	-	<b>(1.291)</b>	<b>(1.291)</b>
IR s/ Reserva de Custo Atribuído	c)	(55.991)	-	(55.991)	(58.265)	-	(58.265)
		<b>(55.991)</b>	<b>(1.314)</b>	<b>(57.305)</b>	<b>(58.265)</b>	<b>(1.291)</b>	<b>(59.556)</b>
<b>Passivo não-circulante</b>		<b>55.991</b>	<b>1.314</b>	<b>57.305</b>	<b>58.265</b>	<b>1.291</b>	<b>59.556</b>

- a) A Companhia possui, no consolidado, prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$7.296.725 (R\$5.448.606 em 31 de dezembro de 2023), que gera um montante de R\$2.480.887 de imposto de renda e contribuição social diferidos, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros. Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia não reconheceu o valor total dos ativos fiscais diferidos de prejuízo fiscal.

A Administração manterá o monitoramento tempestivo dos créditos e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para perda serão revertidos a favor da Companhia. No Brasil, a compensação dos prejuízos fiscais não possui prazo prescricional, estando apenas limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

- b) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui registrados, na rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos", valores apurados sobre despesas não dedutíveis temporariamente na apuração do lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, os quais estão disponíveis para futuras compensações com o referido imposto. A Companhia considera uma provisão para perda de R\$684.423 sobre ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias.
- c) A realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

A projeção de realização dos impostos diferidos, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados aprovados pelos órgãos de governança corporativa da Companhia. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços praticados no

O cobre transforma o mundo. A Paranapanema transforma o cobre.

mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

A Companhia tem isenção de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração decorrente da produção de cobre e seus subprodutos, até o período-base de 2027. Essa isenção é aplicada no saldo do imposto de renda a pagar após as compensações do prejuízo fiscal, conforme descrito no item a.

Os benefícios de Imposto de Renda da Companhia estão condicionados à constituição de Reserva de Capital pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. As Reservas de Incentivos Fiscais constituídas somente poderão ser utilizadas para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

## 26.2 Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de Imposto de Renda na Controladora, e Imposto de Renda e Contribuição Social no Consolidado, registrada na demonstração do resultado, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>(Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(2.153.245)</b>	<b>(1.377.537)</b>	<b>(2.153.224)</b>	<b>(1.377.316)</b>
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda sobre lucro	<b>(732.103)</b>	(468.363)	<b>(732.096)</b>	(468.287)
Adições permanentes	<b>(3.910)</b>	(11.880)	<b>(3.927)</b>	(11.958)
Realização de reserva de reavaliação (depreciação/baixa)	<b>3.356</b>	3.925	<b>3.356</b>	3.925
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<b>(1.108)</b>	939	<b>(1.143)</b>	939
Provisão para demandas judiciais	<b>(105.001)</b>	165.739	<b>(105.001)</b>	165.739
Perdas estimadas Impostos a Recuperar	<b>450</b>	1.190	<b>450</b>	1.190
Outras provisões dedutíveis	<b>15.644</b>	1.602	<b>15.647</b>	1.603
Variação cambial líquida (regime caixa)	<b>194.956</b>	(69.126)	<b>194.956</b>	(69.126)
Compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores	-	-	-	106
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	<b>12.362</b>	-	<b>12.362</b>	-
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	<b>2.273</b>	2.515	<b>2.273</b>	2.515
Provisão de Baixa de créditos sobre diferenças temporárias	<b>627.716</b>	361.062	<b>627.737</b>	360.736
Outros				
<b>Crédito de imposto de renda</b>	<b>14.635</b>	<b>(12.397)</b>	<b>14.614</b>	<b>(12.618)</b>
Imposto de renda do exercício corrente	-	-	-	(157)
Contribuição social do exercício corrente	-	-	-	(65)
<b>Impostos correntes</b>	-	-	-	(222)
Imposto de renda e Contribuição social diferida	<b>12.362</b>	(14.912)	<b>12.341</b>	(14.911)
Imposto de renda/CSL diferido sobre reserva de reavaliação	<b>2.273</b>	2.515	<b>2.273</b>	2.515
<b>Impostos Diferidos</b>	<b>14.635</b>	<b>(12.397)</b>	<b>14.614</b>	<b>(12.396)</b>
<b>Crédito de IR e CS</b>	<b>14.635</b>	<b>(12.397)</b>	<b>14.614</b>	<b>(12.618)</b>
<b>Taxa efetiva total</b>	<b>-0,68%</b>	0,90%	<b>-0,68%</b>	0,92%
Taxa efetiva corrente	<b>0,00%</b>	0,00%	<b>0,00%</b>	0,02%

## 27. Segmentos operacionais

A Companhia atua somente no segmento de cobre, que compreende a produção e comercialização de cobre eletrolítico, seus subprodutos e serviços correlatos, bem como semielaborados de cobre e suas ligas.

## 28. Instrumentos financeiros

### 28.1 Política de gestão de riscos de mercado

A Companhia reconhece que certos riscos de mercado, como variação do preço de *commodities*, taxa de câmbio e taxas de juros, são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a política da Companhia é evitar riscos desnecessários e garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de serem controladas sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

A Comissão de Riscos da Companhia acompanha as políticas de gestão de risco de mercado e garante que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições ao risco incorridas pela Companhia estejam identificadas e avaliadas. Além disso, a referida Comissão monitora para que essas exposições estejam dentro dos limites estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem:

- Risco de taxas de juros inerentes às dívidas da Companhia.
- Risco cambial e risco de preços de *commodities* decorrentes das matérias primas e produtos vendidos, transações projetadas e compromissos firmes.
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: aplicações no exterior e empréstimos, estoques vinculados a *commodities* cujos preços são denominados em moeda estrangeira, entre outros.
- Risco de base (*Basis Risk*) decorrentes de diferenças temporais, de volume, e de indexadores que porventura podem ocorrer entre a contratação e liquidação do instrumento e o objeto de *hedge*.

A política de gestão de riscos de mercado permite que a Companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: Câmbio, *Commodities* e Taxas de Juros.

Instrumentos derivativos são somente utilizados para fins de “*Hedge*” uma vez que limitam as exposições financeiras associadas aos riscos identificados em determinados passivos e ativos da Companhia. A utilização de derivativos não é automática, nem é necessariamente a única resposta para a gestão de risco do negócio. A utilização é permitida somente após verificar que o derivativo escolhido possa delimitar os riscos identificados dentro dos níveis de tolerância estabelecidos pela política.

A Companhia realiza operações de *hedge* com instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos e enquadra essas transações nas regras de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) tais como definidas pela Deliberação CVM nº 763 (CPC 48). Nem todas as operações de *hedge* com derivativos são contabilizadas em aplicação das regras de contabilidade de *hedge*.

### 28.2 Metodologias de valor justo

Os instrumentos financeiros de derivativos são avaliados a valor justo e devidamente reconhecidos contabilmente em contas patrimoniais. A metodologia de avaliação a valor justo envolve parâmetros verificáveis, extraídos dos mercados futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Cupom Cambial e Pré), LME (cobre, zinco, estanho e chumbo) e LBMA (ouro e prata), *British Banker's Association* (*Libor*) e Bloomberg (dólar norte americano à vista - *Spot*).

A apuração do valor de mercado dos derivativos de câmbio pela Companhia consiste em calcular o valor futuro de acordo com as condições contratuais e trazer a valor presente pelas curvas de mercado (Pré e cupom cambial) e preços divulgados na Bloomberg e B3 S.A. - Brasil, Bolsa,

Balcão. Os ajustes dos derivativos embutidos são feitos pela média dos preços futuros, baseados nas curvas divulgadas na LME e LBMA.

### 28.3 Classificação dos instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Saldo em 31 de dezembro de 2024				Consolidado	
Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Valor Contabil		Valor Justo	
		Ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	8.524	8.524	-
Aplicações financeiras	05	-	33.920	33.920	-
Banco Conta vinculada	05	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	06	-	2.129	2.129	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	196	-	196	196
<b>Total dos ativos</b>		<b>196</b>	<b>44.573</b>	<b>44.769</b>	<b>196</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	13	-	795.439	795.439	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	21.165	21.165	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	72.840	72.840	-
Créditos de Clientes	20	-	1.059	1.059	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	5.217.078	5.217.078	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	-
<b>Total dos passivos</b>		<b>-</b>	<b>6.107.581</b>	<b>6.107.581</b>	<b>-</b>

Saldo em 31 de dezembro de 2023				Consolidado	
Notas	Ao valor justo por meio do resultado	Valor Contabil		Valor Justo	
		Ao custo amortizado	Total	Nível 2	Total
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	05	-	85	85	-
Aplicações financeiras	05	-	24.367	24.367	-
Banco Conta vinculada	05	-	11	11	-
Contas a receber de clientes	06	-	1.746	1.746	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.340	-	1.340	1.340
<b>Total dos ativos</b>		<b>1.340</b>	<b>26.209</b>	<b>27.549</b>	<b>1.340</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	13	-	699.169	699.169	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	-	10.535	10.535	-
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	-	64.341	64.341	-
Créditos de Clientes	20	-	3.468	3.468	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	3.711.464	3.711.464	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	-	-	-	-
<b>Total dos passivos</b>		<b>-</b>	<b>4.501.554</b>	<b>4.501.554</b>	<b>-</b>

Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos seus valores contratuais ajustados pelos fluxos de caixa descontados. A Companhia considera que todos os instrumentos financeiros que são reconhecidos em suas demonstrações financeiras, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos.

### Valor contábil / valor justo

A Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil em operações de curto prazo, haja vista que, nessas operações, o valor contábil é uma aproximação razoável ao valor justo (CPC-40/item 29).

### Hierarquia ao valor justo

A Companhia divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas, e requer determinadas divulgações sobre o valor justo.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1- preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos na data de mensuração. Um preço cotado em um mercado ativo apresenta a evidência mais confiável do “valor justo” e deve ser usado sempre que disponível.

Nível 2- preços cotados para ativos ou passivos similares em mercados ativos, preços cotados para ativos ou passivos idênticos em mercados que não são ativos (mercados em que há poucas transações para os ativos ou passivos), dados que não sejam preços cotados observáveis para um ativo ou passivo e dados que sejam derivados ou corroborados principalmente por dados observáveis no mercado por correlação ou outros meios.

Nível 3- são dados não observáveis para um ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o “valor justo” quando dados observáveis não estão disponíveis e devem refletir as expectativas da própria unidade de negócio sobre o que os participantes do mercado usariam como premissas para precificar um ativo ou passivo, incluindo premissas de risco. Nenhum instrumento financeiro detido tem as características da categoria de Nível 3.

### Resumo dos instrumentos financeiros derivativos consolidados

Instrumento	Posição	Indexador	Valor de Referência		Valor Justo	
			2024	2023	2024	2023
<b>Não designados para Hedge accounting</b>						
<b>Risco de preços de commodities</b>						
Derivativo embutido	Comprado	Cobre/Ouro/Prata	- tons	- tons	196	1.340
<b>Total demais derivativos</b>					<b>196</b>	<b>1.340</b>
<b>Ativo Circulante</b>					<b>196</b>	<b>1.340</b>

## 28.4 Riscos de mercado

### 28.4.1 Risco cambial

A Companhia mantém operações denominadas em moedas estrangeiras (substancialmente em dólares americanos) que estão expostas a riscos de mudanças nas respectivas cotações. Qualquer flutuação da taxa de câmbio pode aumentar ou reduzir os referidos saldos. A composição dessa exposição é a seguinte:

	Controladora / Consolidado	
	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	US\$ 172	159
Contas a receber de clientes	US\$ 401	2.795
Fornecedores	US\$ (53.640)	(51.003)
Empréstimos e financiamentos	US\$ (469.607)	(480.617)
Instrumentos financeiros derivativos	US\$ 32	277
Passivos relacionados a contratos de clientes	US\$ (1.242)	(3.610)
<b>Exposição líquida total</b>	<b>US\$ (523.884)</b>	<b>(531.999)</b>

A Política estabelece que a gestão de riscos tenha como objetivo a proteção contra o risco cambial do fluxo projetado denominado em moeda estrangeira por meio do uso de operações de balcão (NDF - *Non Deliverable Forward*), futuros de bolsa, *zero cost collar* e instrumentos financeiros não derivativos (passivos indexados ao dólar). Atualmente a Companhia não tem instrumentos derivativos contratados para proteção da exposição cambial no fluxo de caixa.

#### 28.4.2 Risco de taxas de juros

A Companhia tem empréstimos indexados pela variação da Libor e do CDI, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo esses ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge/ swap contra a exposição desses riscos de mercados. A Companhia considera que o alto custo associado à contratação de taxas pré-fixadas sinalizadas pelo cenário macroeconômico brasileiro justifica a sua opção por taxas flutuantes.

A exposição às taxas de juros está demonstrada no quadro a seguir:

		Controladora/Consolidado	
		2024	2023
Aplicações Financeiras	CDI	36.058	24.367
Empréstimos e financiamentos	Sofr 6M	(2.856.628)	(2.273.005)
Empréstimos e financiamentos	TR	(50.971)	(48.608)
Empréstimos e financiamentos	CDI	(631.259)	(505.845)
<b>Exposição líquida total</b>		<b>(3.502.800)</b>	<b>(2.803.091)</b>

#### 28.4.3 Risco de *commodities*

A Paranapanema, em suas atividades de negócio, adquire matéria-prima e vende produtos, ambos referenciados às quantidades de metais neles contidos e às cotações desses metais nas bolsas internacionais (*London Metal Exchange* e *London Bullion Market Association*).

A origem do risco de *commodities* é o descasamento entre os preços de venda e de compra dos metais contidos nos produtos e matérias primas.

A Política estabelece que a exposição ao risco de *commodities* de cada metal seja dada pelo descasamento entre a quantidade desse metal já precificada para a compra e a quantidade desse metal já precificada para a venda, e estabelece limites de exposição ao risco.

Por conta desta exposição, a Companhia tem por estratégia manter os custos em dólares dos metais em estoque flutuando com o preço do metal no mercado, e somente travá-los quando ocorrer a venda do metal e seu preço for conhecido.

Atualmente a Companhia não tem instrumentos contratados para proteção da exposição ao risco das *commodities*.

#### 28.4.4 Análise de sensibilidades

A Companhia apresenta a seguir o quadro de sensibilidade para os riscos de variações cambiais e de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros, tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2024. A Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável, de baixa e de alta de 25% e 50%.

	Nocional	Unid.	Taxa	Cenário	Controladora/Consolidado			
					Cenário Baixa		Cenário Alta	
					25%	50%	25%	50%
					<b>Impacto no resultado</b>			
<b>Risco Cambial</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	172	US\$	6,1923	1.065	(266)	(532)	266	533
Contas a receber de clientes	401	US\$	6,1923	2.483	(621)	(1.241)	621	1.242
Fornecedores	(53.640)	US\$	6,1923	(332.155)	83.039	166.078	(83.039)	(166.077)
Empréstimos e financiamentos	(469.607)	US\$	6,1923	(2.907.947)	726.986	1.453.973	(726.987)	(1.453.974)
Instrumentos financeiros derivativos	32	US\$	6,1923	198	(49)	(99)	50	99
Passivos relacionados a contratos de clientes	(1.242)	US\$	6,1923	(7.691)	1.923	3.846	(1.923)	(3.845)
<b>Total</b>	<b>(523.884)</b>			<b>(3.244.047)</b>	<b>811.012</b>	<b>1.622.024</b>	<b>(811.012)</b>	<b>(1.622.023)</b>
<b>Risco de taxa de juros</b>								
Aplicações Financeiras	36.058	CDI	12,15%	4.381	(1.095)	(2.191)	1.095	2.191
Empréstimos e financiamentos	(2.856.628)	Sofr 6M	5,09%	(145.402)	36.351	72.701	(36.351)	(72.701)
Empréstimos e financiamentos	(631.259)	CDI	12,15%	(76.698)	19.174	38.349	(19.174)	(38.349)
<b>Total</b>	<b>(3.451.829)</b>			<b>(217.719)</b>	<b>54.430</b>	<b>108.860</b>	<b>(54.430)</b>	<b>(108.860)</b>

#### 28.5 Risco de crédito

A política de venda dos produtos da Companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que a Companhia está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a Companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato de o crédito alavancar o poder de compra dos clientes.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a Companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual, incluindo a forma como o cliente faz a sua gestão de risco e suas perspectivas para o futuro.

A diversificação da carteira de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente, são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber. Além de procedimentos de verificação de capacidade de crédito, não há clientes que tenham saldos que individualmente representem mais do que 10% das receitas totais da Companhia. Desta forma, a Companhia não possui dependência em relação aos seus principais clientes.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições avaliadas com baixo risco por agências independentes de *rating*.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	<b>6.384</b>	80	<b>8.524</b>	85
Aplicações Financeiras	05	<b>33.920</b>	24.367	<b>33.920</b>	24.367
Banco Conta vinculada	05	-	11	-	11
Contas a receber de clientes	06	<b>2.416</b>	1.746	<b>2.129</b>	1.746
Outros Ativos	09	<b>65.004</b>	59.864	<b>63.833</b>	60.347
Instrumentos Financeiros Derivativos	28	<b>196</b>	1.340	<b>196</b>	1.340
		<b>107.920</b>	87.408	<b>108.602</b>	87.896

## 28.6 Risco de liquidez

- a) A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos imediatos.
- b) O risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas, vide Nota 1.

Os valores apresentados incluem principal e juros calculados nas taxas de juros dos contratos vigentes.

	Notas	Valor	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 4 anos
<b>Consolidado</b>					
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e Financiamentos	16	(5.217.078)	(4.862.767)	(421.914)	(43.313)
Passivos relacionados a contratos de clientes	20	(72.840)	(72.840)	-	-
Passivo de Arrendamento	15	(6.656)	(4.441)	(3.397)	(178)
Créditos de Clientes	20	(1.059)	(1.059)	-	-
Fornecedores	13	(795.439)	(639.112)	(156.327)	-
Operações com Forfait e Cartas de Crédito	14	(21.165)	(15.777)	(1.330)	(4.058)
		<u>(6.114.237)</u>	<u>(5.595.996)</u>	<u>(582.968)</u>	<u>(47.549)</u>

## 28.7 Gestão do capital

O principal objetivo da gestão do capital da Paranapanema e suas Controladas é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada, a fim de embasar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia inclui, dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, instrumentos financeiros derivativos a pagar, menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos a receber.

	Notas	2024	Controladora 2023	2024	Consolidado 2023
Empréstimos e financiamentos	16	5.217.078	3.711.463	5.217.078	3.711.464
Operações com forfaiting e cartas de crédito	14	21.165	10.535	21.165	10.535
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	28	(196)	(1.340)	(196)	(1.340)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	05	(6.384)	(80)	(8.524)	(85)
(-) Aplicações financeiras	05	(33.920)	(24.367)	(33.920)	(24.367)
(-) Banco conta vinculada	05	-	(11)	-	(11)
<b>(=) Dívida líquida c/ Derivativos Embutidos</b>		<u><b>5.197.743</b></u>	<u><b>3.696.200</b></u>	<u><b>5.195.603</b></u>	<u><b>3.696.196</b></u>
Patrimônio líquido	21	(6.285.846)	(4.223.510)	(6.285.846)	(4.223.510)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.h	108.689	113.864	108.689	113.864
<b>Total Capital Próprio</b>		<u><b>(6.394.535)</b></u>	<u><b>(4.337.374)</b></u>	<u><b>(6.394.535)</b></u>	<u><b>(4.337.374)</b></u>
Quociente de alavancagem		-434,31%	-576,47%	-433,35%	-576,47%

## 29. Compromissos assumidos

A Companhia tem compromisso contratual com fornecedor para os próximos anos referentes à administração, operação e manutenção da usina de gases localizada na planta industrial de Dias d'Ávila, e não sujeita à Companhia a nenhuma restrição.

A renovação e cláusulas de reajustamento estão descritas em contrato e seguem as práticas de mercado.

	Controladora/Consolidado	
	2024	2023
Até 1 Ano	11.761	11.201
de 2 a 3 anos	25.316	24.111
acima de 3 anos	31.664	44.630
	<u>68.741</u>	<u>79.942</u>

### 30. Previdência privada

Os planos de previdência complementar instituídos pela Companhia e empresas controladas são um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia, empresas controladas e dos empregados, cujas principais características são resumidas abaixo:

PGBL/VGBL: Depois de atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia e suas empresas controladas, da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da Companhia antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de, no máximo, 80% do valor depositado pela Companhia, respeitando a política a qual prevê direito de 1% por mês contribuído.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia, a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

O valor das contribuições efetuadas aos planos pela Companhia e empresas controladas no período foi de R\$191 (R\$1.526 no mesmo período de 2023).

A partir de março de 2024 as contribuições estão suspensas, devido ao encerramento do atual contrato do plano com a operadora BrasilPrev. A Companhia está em busca e concorrência de mercado para novas operadoras.

### 31. Plano de remuneração variável

#### 31.1 - Termos e condições gerais

##### a) Beneficiários:

Alguns Executivos da Companhia, conforme o quanto contratado, são elegíveis ao Programa de Remuneração Variável. Composto por Incentivo de Curto Prazo (ICP) e de Longo Prazo (ILP). O ICP e ILP estão atrelados ao conceito de metas individuais e coletivas pré-definidas, sendo que no fechamento de cada exercício avalia-se o percentual de atingimento das metas.

As condições e regras do Programa de Remuneração Variável podem ser alteradas a qualquer momento pela Companhia, as quais devem ser expressamente informadas ao elegível.

##### b) Condições para exercício:

O instrumento particular determina que terão direito à concessão e pagamento das remunerações variáveis os elegíveis que atingirem as metas previstas para o exercício, de acordo com as regras estabelecidas no instrumento.

O elegível tem direito ao pagamento do ILP desde que seu contrato de trabalho esteja ativo.

- I. No caso de suspensão do contrato por invalidez, não haverá pagamento enquanto o contrato permanecer suspenso.
- II. No caso de falecimento, os herdeiros e/ou sucessores receberão os direitos aos quais o elegível faria jus até o falecimento, na proporção de 50%.

c) Critérios para fixação do prazo de exercício:

Salvo nas condições de não aquisição mencionadas acima, o ILP será diferido em 2 (duas) parcelas, com pagamentos anuais, ou seja, 50% dos múltiplos de salário base por ano, sendo que o primeiro pagamento somente ocorrerá 1 ano após a concessão do ILP. O montante concedido será o múltiplo de salários base vigente em 31 de dezembro do ano anterior ao pagamento.

d) Forma de liquidação:

A liquidação se dá em folha de pagamento em favor do elegível, quando satisfeitas todas as condições estabelecidas.

## 32. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

a) Transações das atividades operacionais, de investimento e financiamento que não envolvem caixa

	2024	2023
<b>Ajustes para reconciliar o (prejuízo) líquido</b>		
<b>Atividades Operacionais</b>	<b>311.901</b>	<b>460.979</b>
Depreciação Represada no Estoque	(9.449)	(11.628)
Provisão (reversão) perda estimada do valor recuperável	(3.361)	2.763
Provisão de perdas estimadas - Estoque	32.222	(12)
Provisão de perdas estimadas - Impostos a Recuperar	3.773	1.049
Provisão para perdas demandas judiciais	99.030	39.481
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	641	(879)
Provisão de Impostos Drawback suspensão	-	396.508
Encargos financeiros - Clientes	(2.321)	3.376
Encargos financeiros - Estoque	(32)	(1)
Encargos financeiros - Outros Ativos	(465)	26
Encargos financeiros - Instrum Financ	(68)	983
Encargos financeiros - Impostos e Contr a Pagar	76.972	-
Encargos financeiros - Fornecedores	53.484	(15.180)
Encargos financeiros - Adto Clientes	5.317	(6.203)
Encargos financeiros - Contingencias	55.586	50.813
Encargos financeiros - Outras contas a Pagar	1.333	-
Encargos financeiros - Invest PL	(761)	(117)
<b>Atividades de investimento</b>	<b>95.786</b>	<b>115.089</b>
Valor residual de ativo permanente baixado	2.062	4
Depreciação e amortização	86.628	98.191
Depreciação Represada no Estoque	9.449	11.628
Encargos financeiros	(159)	97
Impairment / Prov. Perdas	(2.194)	5.169
<b>Atividades de financiamento</b>	<b>1.548.089</b>	<b>370.498</b>
Amortização direito de uso do ativo	7.103	12.216
Encargos Financeiros	1.540.986	358.282

### 33. Eventos subsequentes

#### **Plano de recuperação judicial - 2º aditamento**

Conforme fato relevante divulgado em 10 de dezembro de 2024, foi protocolada perante o juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1º RAJ da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos autos do processo de nº 1001409-24.2022.8.26.0260, uma nova versão da proposta de segundo aditamento ao Plano de Recuperação Judicial da Companhia atualmente em vigor. A Companhia consigna que a proposta de aditamento ao Plano de Recuperação Judicial será sujeita à posterior deliberação da Assembleia Geral de Credores, que será realizada no dia 17 de março de 2025, nos termos da legislação aplicável.

#### **4ª Janela de Conversão**

Conforme fato relevante divulgado em 16 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada de ações e dentro do limite do capital, referente a 4ª janela de conversão que iniciou em 17 de dezembro de 2024.

Essa Janela do Pedido de Conversão permaneceu aberta até o dia 15 de janeiro de 2025, inclusive. Após essa data foi concedido aos acionistas da Companhia o prazo de 30 (trinta) dias para exercício dos seus respectivos direitos de preferência para subscrição de novas ações, com início em 24 de janeiro de 2025 e término em 24 de fevereiro de 2025. Após o decurso do prazo de preferência será concedido prazo suplementar de 5 (cinco) dias úteis para a subscrição de sobras de ações pelos acionistas, com início previsto para 28 de fevereiro de 2025 e término em 11 de março de 2025, sendo que a devida conversão está prevista para ocorrer em 18 de março de 2025.

#### **Pagamento parcela do Plano de Recuperação Judicial – Classe IV**

Em 03 de janeiro de 2025 a Companhia cumpriu com a obrigação de pagamento dos credores titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte (Classe IV), em estrita observância ao previsto nas cláusulas 7.1. e 7.2. do seu Plano de Recuperação Judicial.

#### **Pagamento parcial do Plano de Recuperação Judicial – Classe I**

Em 13 de janeiro de 2025 a Companhia, mediante autorização do Juízo da 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, no âmbito do processo em trâmite sob o nº 1001409-24.2022.8.26.0260 (“Processo de Recuperação Judicial”), realizou o pagamento parcial dos Credores Trabalhistas com recursos oriundos de depósitos recursais.

#### **Alteração da Diretoria Executiva**

Conforme comunicado ao mercado em 22 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração deliberou a destituição do Sr. João Pinheiro Nogueira Batista do cargo de Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia. Ato contínuo, deliberou sobre a eleição do Sr. Marcelo Vaz Bonini ao cargo de Diretor de Relações com Investidores, de tal forma que passará a acumular as funções de Diretor Financeiro e de Diretor de Relações com Investidores.

## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos conselheiros e diretores da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial Dias d'Ávila – BA

### **-Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Paranapanema S.A. – em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **-Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **-Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com as controladas CDPC – Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda em 30 de novembro de 2022, aprovado pela assembleia de credores em 24 de agosto de 2023 e homologada pelo juiz da recuperação judicial em 16 de novembro de 2023. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas incorreram em prejuízos consolidados de R\$ 2.107.495 mil e, KPMG

Audidores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada naquela data, o passivo circulante consolidado excedeu o ativo circulante consolidado em R\$ 5.326.680 mil. Essas condições, juntamente com a inadimplência da dívida do Acordo Global e a restrição relevante de caixa, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende não somente do cumprimento do plano de recuperação judicial aprovado, mas também da renegociação das dívidas financeiras relacionadas ao acordo Global que não estão sujeitas a tal plano, bem como de estratégias de geração de caixa e obtenção de recursos de terceiros que não são controláveis pela administração da Companhia. Os planos da administração da Companhia sobre esse assunto estão descritos na mesma nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que não há outros assuntos a serem considerados como "principais assuntos de auditoria" a serem comunicados em nosso relatório.

### **-Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais

relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6

Hildebrando Oliveira de Abreu Filho Contador

CRC BA-029520/O-7

**PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79**  
**NIRE 29.300.030.155**  
**COMPANHIA ABERTA**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Companhia, no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados e tendo em vista o Relatório dos Auditores Independentes relativo às Demonstrações Financeiras acima referidas elaborado pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos cumprem com as normas vigentes e estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

Santo André (SP), 10 de março de 2025.

**Marcos Reinaldo Severino Peters**  
Presidente do Conselho Fiscal

**Francisco Eduardo de Queiroz Ferreira**

**Jailton Zanon da Silveira**

**PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79**  
**NIRE 29.300.030.155**

**COMPANHIA ABERTA**

## **RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO**

### **I. INTRODUÇÃO**

O Comitê de Auditoria não estatutário da Paranapanema S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Paranapanema”), instituído pelo Conselho de Administração em 14 de julho de 2010, tem o objetivo de assessorar o Conselho de Administração em questões estratégicas, com foco em gestão e controle, qualidade e integridade dos relatórios financeiros, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance, acompanhamento das atividades dos auditores internos e independentes, e incentiva continuamente a adoção das melhores práticas de Governança Corporativa.

Atualmente sua composição conta com 3 (três) membros integrantes do Conselho de Administração, sendo 1 (um) designado como coordenador.

O Gerente de Auditoria Interna, de Controles Internos, Riscos e Compliance, assim como a Diretora Jurídica da Companhia, participam do Comitê de Auditoria na qualidade de convidados permanentes.

As principais competências e atribuições do Comitê de Auditoria, desempenhadas pelos seus membros, são as descritas a seguir e estão detalhadas em seu Regimento Interno, não obstante o de outras funções e análise de temas específicos quando solicitado pelo Conselho de Administração:

- (i) Supervisão da qualidade e integridade dos relatórios financeiros da Companhia.
- (ii) Exame da aderência da Companhia às normas legais, estatutárias e regulatórias.
- (iii) Exame da adequação dos processos relativos à gestão de riscos e controles internos.
- (iv) Supervisão das atividades dos auditores independentes das demonstrações financeiras e dos auditores internos.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria foi aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de junho de 2014, e sua última revisão foi realizada em 22 de fevereiro de 2024.

### **II. REUNIÕES, ATIVIDADES E RECOMENDAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2024**

O Comitê de Auditoria realiza reuniões ordinárias, no mínimo, uma vez a cada trimestre, e sempre que necessário, mediante a convocação prévia pelo seu coordenador ou do Conselho de Administração.

No ano exercício social de 2024, foram realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias, com o principal escopo de:

- (i) Analisar a proposta do plano anual de trabalho da área de Auditoria Interna;

- (ii) Acompanhar o andamento dos trabalhos da área de Auditoria Interna, conforme cronograma previsto no plano anual aprovado pelo Conselho de Administração;
- (iii) Acompanhar as atividades das áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance;
- (iv) Examinar os planos de trabalho e de auditoria, gestão de riscos e não conformidades, assim como o monitoramento e indicadores gerais, das áreas que atuam como 2ª Linha de Defesa em Governança Corporativa, quais sejam:
  - (a) Sistema de Gestão Integrada em Qualidade
  - (b) Saúde, Segurança e Meio Ambiente
  - (c) Segurança da Informação
  - (d) Segurança Patrimonial
- (v) Analisar as denúncias e respectivos processos de investigação e tratamento, recebidas no canal de denúncias da Companhia, denominado “Linha Ética”;
- (vi) Analisar, recomendar e emitir parecer, conforme o caso, sobre as informações financeiras periódicas trimestrais e anuais da Companhia;
- (vii) Analisar, trimestralmente, as contingências da Companhia;
- (viii) Analisar o plano de trabalho dos auditores independentes das demonstrações financeiras do exercício social de 2024;
- (ix) Apreçar a concessão do waiver referente as obrigações do mapa de riscos da Companhia (Avaliação Geral de Riscos) até o dia 30 de junho de 2025;
- (x) Examinar a Carta de Controles Internos, emitida pelos auditores independentes nas demonstrações financeiras do exercício social de 2023;
- (xi) Avaliar o Formulário de Referência e Informe de Governança Corporativa referentes ao exercício de 2024;
- (xii) Acompanhar os processos adotados pela Companhia em relação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, em especial as atividades da Comissão de Proteção de Dados;
- (xiii) Acompanhar o Plano de Recuperação Judicial;
- (xiv) Avaliar a implementação e revisão de normativos internos da Companhia.

O coordenador do Comitê de Auditoria reporta mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração, os principais temas analisados e discutidos

Nas matérias de ordem deliberativas das reuniões do Conselho de Administração, que são objeto de exame prévio do Comitê de Auditoria, há o reporte do posicionamento e discussões havidas no âmbito do comitê, assim como a sua recomendação ao Conselho de Administração.

Ao longo do exercício social de 2024, o Comitê de Auditoria examinou as seguintes matérias, recomendando o seu respectivo posicionamento ao Conselho de Administração:

- (i) Aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- (ii) Aprovação das Informações Financeiras Trimestrais relativas ao ano de 2024;
- (iii) Aprovação do Plano da Auditoria Interna para o ano de 2024;
- (iv) Aprovação do waiver das obrigações da Avaliação Geral de Riscos até o dia 30 de junho de 2025;
- (v) Aprovação da Política do SGI;
- (vi) Manifestação favorável ao Formulário de Referência e Informe de Governança Corporativa 2024;
- (vii) Aprovação da atualização do Regimento Interno do Comitê de Auditoria;
- (viii) Revisão da Política de Divulgação de Resultados;
- (ix) Revisão da Política de Indicação;
- (x) Revisão da Política de Transação entre Partes Relacionadas e Conflito de Interesses;
- (xi) Revisão da Política de Divulgação de Informação;
- (xii) Revisão da Política de Gerenciamento de Riscos;
- (xiii) Revisão da Política de Segurança da Informação;
- (xiv) Revisão da Política de Destinação de Resultados;
- (xv) Revisão da Política de Gestão de Riscos de Mercado;
- (xvi) Revisão da Política de Negociação de Valores Mobiliários; e
- (xvii) Aprovação do Calendário de Eventos Corporativos de 2024.

O Comitê de Auditoria emite, adicionalmente, relatório trimestral ao Conselho de Administração, cujo reporte é realizado em pauta específica para acompanhamento das atividades e endereçamento das recomendações gerais do comitê.

### **III. PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA NÃO ESTATUTÁRIO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024**

O Comitê de Auditoria da Companhia, no exercício de suas atividades de revisão, monitoramento e avaliação dos controles internos e relatórios financeiros, em especial as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e o acompanhamento dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da KPMG Auditores Independentes e da auditoria interna, considerando o disposto no artigo 10º, parágrafo único, inciso III, da Resolução CVM nº 81/2022, emite o seguinte parecer:

Considerando os trabalhos conduzidos pelo Comitê de Auditoria para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, as reuniões realizadas com a presença de diversos membros da Diretoria Executiva, auditoria interna e auditores independentes, consubstanciado no exame de documentos e nas respectivas atas, os quais ficam arquivados na sede da Companhia, além da análise das informações divulgadas ao Conselho de Administração e aos acionistas, bem como no exame do Relatório de

Administração e das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, suportado pelo relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, não tendo constado nenhuma ocorrência capaz de comprometer a qualidade e integridade das informações a serem divulgadas, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação e divulgação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2024.

Santo André (SP), 10 de março de 2025.

Rafael de Oliveira Morais  
Conselheiro de Administração  
Coordenador do Comitê de Auditoria

Marcelo Munhoz Auricchio  
Conselheiro de Administração  
Membro do Comitê de Auditoria

Ricardo Vieira Coutinho  
Conselheiro de Administração  
Membro do Comitê de Auditoria

**PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79**  
**NIRE 29.300.030.155**

**COMPANHIA ABERTA**

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em atendimento ao artigo 27, §1º, inciso VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria Estatutária, representada pelos abaixo assinados, declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia “controladora e consolidado”, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Dias D’Ávila, 13 de março de 2025

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**  
Marcelo Vaz Bonini

**PARANAPANEMA S.A. – Em Recuperação Judicial**  
**CNPJ/MF nº 60.398.369/0004-79**  
**NIRE 29.300.030.155**

**COMPANHIA ABERTA**

**Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Em atendimento ao artigo 27, §1º, inciso V da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria Estatutária, representada pelos abaixo assinados, declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório emitido em 14 de março de 2025 pela KPMG Auditores Independentes da Companhia e de suas Controladas, com relação as Informações Trimestrais da Companhia "controladora e consolidado" referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Dias d'Ávila, 14 de março de 2025

**Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**  
Marcelo Vaz Bonini